



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e quatro de março de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente e Nélio Aurélio de Souza – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias do dia dez de março e Especial do dia quatorze de março de dois mil e quinze foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as Atas. O Senhor Presidente: “suspender a Audiência Pública do dia 09/04, da Estação Ecológica de Fechos”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.511/2015, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Eustáquio Castilho Cardoso. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu gostaria de retirar de pauta este projeto de lei, considerando que houve um problema na Cartografia da prefeitura sobre a localização da rua mencionada, que é denominação de rua. Então, eu peço Vossa Excelência que retire de pauta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu protocolei na semana passada uma correspondência, aliás, tem duas correspondências protocoladas à



Presidência da Casa, uma do meu partido, que depois a gente encontra ela aí, mas uma segunda do meu gabinete. Ela não está em pauta aí hoje, não tá nada?”. O Senhor Presidente: “pelo o que consta aqui, correspondências inexistentes”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “está bom, Senhor Presidente. Ela foi protocolada, eu gostaria de fazer a comunicação, é que na reunião da semana que vem eu não poderei estar presente na reunião plenária da semana que vem. Eu gostaria que se constasse em ata e que se constasse em ata também que ela foi protocolada e eu tenho este protocolo no meu gabinete; está bom”. O Senhor Presidente: “vou atender à solicitação do vereador Leci, retirada do projeto de lei 1.511 de pauta”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, antes de eu ler o projeto, só queria me informar porque na ata minha aqui... Só perguntar à Sua Excelência, parece que a Sua Excelência... ela não entrou em pauta, não estou vendo aqui, é um problema lá de Fechos. Me explica mais ou menos só para eu entender”. O Senhor Presidente: “o autor... os autores da... do problema lá de Fechos, o vereador Flávio e o Fausto Niquini pediram que retirasse o problema lá de Fechos sobre a audiência pública. Ela será transferida para outro dia, será marcada para outro dia”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “entendi. É só para perguntar, vereador, foi um dia que a Sua Excelência que pediu que fizesse audiência pública, eu dei uma sugestão para a gente... É aquele dia que a Sua Excelência pediu? É porque eu inscrevi no Grande Expediente, tem uns documentos, vou falar sobre isso no Grande Expediente. Talvez a gente consiga se entender de uma forma mais produtiva”. O vereador Flávio de Almeida: “vereador Nélcio Aurélio, inclusive esta que o senhor está dizendo, é eu, o Fausto e o senhor. Está na mesma Ata”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “é isto aí,



vai haver audiência pública para frente, não é isto? Mas eu vou falar no Grande Expediente porque eu tenho alguns documentos, que eu posso clarear um pouco. Eu me inscrevi no Grande Expediente para clarear alguma coisa já. Obrigado, vereador Flávio”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.508/2015, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação oftalmológica para os alunos da rede municipal de ensino”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário: “tem aqui o vereador Flávio de Almeida que não assinou. Se ele for assinar está aqui”. 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.509/2015, “Fica o Poder Executivo autorizado a criar o serviço de salvamento e resgate móvel de urgência a ser realizado por Bombeiros Civis em parceria com a Guarda Civil Municipal de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário: “o autor do projeto, vereador Flávio de Almeida, para assinar”. O Senhor Presidente: “segunda parte, discussão e votação de projetos. Por deliberação plenária, votação em aberto do Veto Integral ao Projeto de Lei nº 1.502/2015, que ‘Dispõe sobre o direito da transferência de folga de aniversário para servidores públicos municipais de Nova Lima, em situações que menciona’. Em discussão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem”. O Senhor Presidente: “justificar a saída do vereador Gilson, houve um probleminha em sua casa, mas não é nada de grave não, apenas caiu um muro, graças a Deus, não teve acidente”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o que aconteceu?”. O Senhor Presidente: “caiu o muro da casa dele. Então, concedido”. O vereador Nélio Aurélio de



Souza: “questão de ordem agora. Senhor Presidente, eu estou vendo a Sua Excelência citar aí a votação em aberto. Eu queria só alertar que o Regimento da Casa fala bem claro no artigo 185, se Sua Excelência me permite ler. É no artigo 185, inciso 3º: ‘dentro de trinta dias, contados do seu recebimento, com ou sem parecer da comissão, a proposição de lei vetada será incluída em Ordem do Dia, e apreciada em uma única discussão, só podendo ser rejeitada pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, em escrutínio secreto’. O Plenário não tem poder para mudar nada no Regimento, ele só tem poder para mudar matéria que não está no Regimento. Então, eu estou só alertando porque a Sua Excelência falou que vai fazer voto aberto; eu estou dizendo que não deveria ser feito. Se fez alguma vez, fez errado. É só questão de ordem que eu estou dizendo, e parece que tem um vereador já que não está em Plenário, maioria absoluta tem que ter seis votos”. O Senhor Presidente: “eu consultaria o autor, Leci Alves Campos”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, quando entrar em discussão o projeto, eu vou falar sobre ele. Vou falar agora só sobre a questão da votação secreta, votação aberta. Eu creio que hoje todo o país está em votação aberta todos os projetos. E esta Casa, vereador Flávio pode me ajudar a lembrar. Vereador Flávio, foi a votação do Orçamento? A vereadora Ângela, eu lembro que o Flávio comentou, ela solicitou que a votação fosse aberta; não foi isso? E nós votamos e ela foi aberta, então eu gostaria que desse continuidade a esta liberalidade da Casa de poder votar em aberto”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu me sentirei muito alegre porque logo no início do mandato, eu entrei com um requerimento para que abolíssemos o voto secreto nesta Casa. Então, vereador Leci Campos, se for assim, eu acho que será



de grande... Vão respeitar o requerimento. E, a partir de hoje, Senhor Presidente, acho que poderia todos os votos em secreto passarem a ser voto aberto”. O Senhor Presidente: “como a democracia reina nesta Câmara, eu...”. O vereador Flávio de Almeida: “quando fala todas, fala inclusive a eleição da Mesa? Não? Então tá, é só para mim... Porque eu dei uma fugida no...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “muito bem lembrado, vereador Soldado Flávio. Eu acho que, inclusive, a tendência é esta, inclusive para a Mesa Diretora, eu acho que nós poderíamos pensar... Mas eu já estou pensando que eu serei reeleito, meu pensamento é sempre positivo. Então, eu acho que vamos sim lutar por isto: a votação toda em voto aberto. Vamos acabar com este voto escondido, vamos mostrar a cara. A população quer transparência”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só ressaltar aqui algumas coisas. Com relação ao escrutínio secreto e ao voto aberto, eu já me posicionei nesta Casa e já falei dos dois lados. Eu tenho um pensamento diferente em relação a isto e já coloquei aqui. Se esta Casa resolver... O vereador Nélio Aurélio de Souza está corretíssimo na colocação dele em relação ao que determina o Regimento Interno, ele deve ser seguido; o Plenário é soberano em relação ao que não é citado dentro do Regimento, o que é tem que ser respeitado. Que foi votado também o Orçamento desta forma e a Casa acatou e foi aberto, errado ou certo, foi também. Agora, se vai definir se a partir de então será tudo aberto, isso é uma outra discussão, a gente tem que definir. Até porque eu entendo até que esta questão pode ser relevada agora e pode ser aberta por conta de uma decisão no Senado, por conta de uma decisão na Câmara Federal, que já decidiu abrir quase todas, não são todas ainda, não está definido Mesa Diretora aberta ainda não. Então, a gente



tem que tomar cuidado para que a gente não coloque a carruagem na frente dos bois e, de repente, a gente se complique. Até porque tem questões aí que envolvem muito mais do que a nossa própria maneira de pensar, questões partidárias e uma série de outras coisas. Então, para a gente não tomar uma decisão aqui em relação a uma coisa tão séria em relação a um projeto que é importante, mas que não pode ser determinante para uma decisão que é a mudança do Regimento Interno da Casa”. O Senhor Presidente: “senhor vereador. Eu pediria a suspensão da reunião por cinco minutos para a gente entrar em acordo e sanar com este problema porque, realmente, já foi votado em aberto e consta no Regimento Interno que é fechado. Eu pediria ao Plenário, aqueles que concordam com a suspensão de cinco minutos permaneçam como estão. Aprovado”. Decorrido os cinco minutos, o Senhor Presidente anunciou: “a maioria dos vereadores concordam com o voto aberto e nós, para a semana que vem, eu já consultei o nosso corpo jurídico, nós vamos fazer uma emenda fazendo a votação em aberto. Somente se os vereadores entenderem que a votação para a Mesa seja fechada, que a gente coloque na emenda”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só vou deixar bem registrado que como eu já li o artigo 185, inciso 3; não sei para que que o vereador, às vezes, fala que tem que pôr a cara, mas todo mundo aqui põe a cara, todos os dez põem. Faz durante a semana um projeto, joga aqui para abrir toda a Casa que eu voto a favor, não tem problema nenhum. Eu só estou cumprindo um Regimento porque o Senado fala que as Câmaras têm que se adequarem. É evidente que ele dá lá o poder, mas tem que se adequar o Regimento. E eu estou deixando esta abertura aqui, é a oportunidade porque este veto vai ser, estou vendo aqui, parece, eu não sei, eu não estou na cabeça de vereador, mas parece que o



prefeito vai perder este voto, não sei. Eu vou votar com ele, mas se ele perder, ele tem condição de cancelar isto, minha opinião. Isto eu estou citando em questão de aberto ou fechado. A votação é outra coisa, na hora eu vou me pronunciar como eu vou...”. O vereador Leci Alves Campos: “é interessante, Senhor Secretário, o senhor dizer que se o prefeito perder, ele pode cancelar. Como que ele não cancelou a votação do Orçamento, cujo voto também foi em aberto?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “isso já é um problema dele, tem que fazer esta pergunta a ele. E, além disso, no dia eu não estava aqui porque se eu estivesse eu contestava”. O Senhor Presidente: “em primeira e única votação”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, o senhor vai colocar em votação o projeto?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Leci Alves Campos: “nós estávamos discutindo a questão do voto aberto e fechado, agora nós vamos discutir o veto do prefeito; não é isto?”. O Senhor Presidente: “a maioria já concordou na antessala que seria em aberto”. O vereador Leci Alves Campos: “eu vou falar um pouco, prezados vereadores, eu vou explicar para vocês porque eu fui o autor deste projeto de lei que dá o direito ao funcionário público que faz aniversário em vinte e cinco de dezembro, quinze de novembro, sete de setembro, primeiro de maio, primeiro de janeiro e assim por diante, ou faz aniversário sábado ou domingo, tenha o direito de tirar a folga do aniversário na segunda-feira imediata. É por dois motivos, primeiro, eu acho que o servidor público está precisando de mais motivação para produzir; produz bem, com certeza, mas ele tem que ser motivado a produzir cada vez mais. E nós, esta Casa, dando a ele este direito, nós estamos valorizando e, com certeza, ele ficará muito feliz de poder comemorar o seu aniversário. E a segunda questão, está aqui a vereadora Ângela, estou



até citando o nome, vereadora, a senhora pode me ajudar a versar sobre isso, quando no dissídio coletivo foi colocado o direito à folga de aniversário no dia certinho que a pessoa nasceu, antes disso o funcionário da Educação já tinha este direito, e olha que hoje a Educação tem mais de mil e oitocentos funcionários, creio quase um pouco menos do que cinquenta por cento do quadro de servidores públicos do município. Com esta jogada de passar o feriado para o dissídio coletivo, os funcionários da Educação que nasceram nessa datas perderam um direito que eles tinham porque o funcionário da Educação, minha gente, ele podia tirar a folga o dia que ele quisesse o ano inteiro; não é isso vereadora? A senhora que foi Secretária de Educação deve lembrar disso. Então, a gente estaria, pessoal, é voltando um direito para o funcionário. E eu tenho certeza que quando o prefeito disse aqui no veto que ele ganharia a folga no dia do aniversário para estar com a família no dia, eu creio que muitas das pessoas comemoram os seus aniversários em sábado, domingo, da mesma forma. Então, eu acho que os funcionários usariam esta data mais para cuidar de alguma particularidade, cujo tempo lhe convier, é um dia útil. Então, o prefeito vetou e eu estou justificando a minha autoria do projeto, só que hoje esta Casa, então, vai definir se aceita o veto do prefeito lhe dando este direito de gozar o aniversário quando cai em dias de feriado ou sábado ou domingo, sim ou não. Então, nós vamos estar votando o veto do prefeito ou rejeitando o veto do prefeito. Então, fica a minha explicação e cada vereador que faça o seu voto da melhor maneira que lhe convier”. O vereador Flávio de Almeida: “é justificativa de voto mesmo. Eu vou... O André hoje lembrou da questão partidária e ela, realmente, é uma dificuldade para a gente. Eu vou acompanhar a líder do prefeito no voto. Então, hoje o meu voto



está na mão da senhora, decisão da senhora”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu também vou me pronunciar porque eu, principalmente, porque o prefeito é do PMDB e a vereadora, líder do prefeito, também é do PMDB, eu vou acompanhar a líder do prefeito”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “boa noite Senhor Presidente, boa noite excelentíssimos vereadores, público presente. Quero cumprimentar também os telespectadores da TV Banqueta que hoje estão assistindo esta reunião. Eu quero fazer alguns comentários aqui com relação a esta lei, sinceramente, eu não voto (eu já estou pronunciando o meu voto) contra o funcionário público de maneira nenhuma porque a gente sabe o quanto que o funcionário público de Nova Lima contribui para a nossa administração e o quanto a administração precisa desse funcionário público. Afinal de contas, eu também já fui funcionário público, já fui motorista da prefeitura, e merecem todo o meu respeito. Acontece que eu tenho falado muito que eu penso que se Nova Lima viveu momentos de muito dinheiro em caixa, de muita possibilidade de dar benefícios tanto para o funcionário público quanto para a população. Hoje, nós temos que ponderar isso muito porque todo mundo sabe o quanto a arrecadação do município caiu. E aí, nesse momento, que me perdoem os funcionários públicos, eu vou ficar a favor da cidade. Daqui eu estou vendo algumas pessoas se manifestando com relação à questão da cultura do município. Tive notícia ontem que a Escola de Dança, infelizmente, não continuaria funcionando. Vi aqui também, a quem eu cumprimento nesse momento, o nosso Secretário de Cultura. Eu tenho certeza do esforço do Secretário de Cultura para fazer com que escola...”. O Senhor Presidente: “vereador...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu estou falando do tema, vereador, o tema aqui...”.



O Senhor Presidente: “está fora de pauta”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, não está fora de pauta não”. O Senhor Presidente: “está fora”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “tem a ver com os custos da prefeitura. Se o senhor quiser, eu me calo, mas a população vai saber que o senhor me pediu para calar quando estou aqui defendendo o direito do município”. O Senhor Presidente: “não estou pedindo o senhor para calar, estou falando que o senhor está falando fora de pauta. O senhor pode pedir a palavra na próxima votação, se for adequado, eu darei a palavra o senhor”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente, eu posso continuar? O meu raciocínio vai ser no sentido de que prefeitura não tem condição financeira de arcar com mais este custo. Eu posso continuar? Porque se eu não puder não tem problema nenhum”. O Senhor Presidente: “se for dentro do tema, não tem problema não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “então, eu vou continuar Presidente. Eu estou vendo aqui as pessoas se manifestando com relação à Cultura e a gente andando pela cidade, a gente vê todo dia um problema que tem a ver com a baixa arrecadação do município. Então, votar um projeto que vai onerar ainda mais o município, eu acho que é um contrassenso. Neste sentido que o meu voto, com toda certeza, vai ser com o prefeito”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu só quero manifestar, cumprimentar o público presente, os telespectadores que estão em casa, os senhores vereadores. Só quero registrar a primeira coisa que todos nós, vereadores, somos funcionários públicos. E vou votar contra o veto do prefeito porque um dia de folga não tem custo nenhum. Eu me lembro que quando era o prefeito Carlinhos dava... nós tínhamos condições de tudo. A verba era muito menor e o prefeito Carlinhos... Não, a época de Carlinhos, eu também fui... A época do prefeito Carlinhos



Rodrigues que estou falando aqui e a situação da prefeitura nunca passou por isso, estou dando só um exemplo, líder do governo. Só estou dando só um exemplo, que na época do prefeito Carlinhos Rodrigues, que esse prefeito que está aí foi o Carlinhos Rodrigues que colocou ele, não é? O Carlinhos Rodrigues, vocês que trabalharam, inclusive tem cinco Secretários aqui do prefeito Carlinhos Rodrigues. Não era esta situação que está hoje, não é verdade? Então, eu estou com o funcionário público, isso é muito pouco, uma folga, um feriado para o funcionário público”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, é só para refrescar a memória aqui, este direito à folga de aniversário já existe, só que ele existe para quem faz aniversário de segunda à sexta-feira. Nós estamos apenas estendendo este direito às pessoas que nasceram em dia de feriado. A gente sabe que a pessoas não pediram para nascer, ainda mais em dia de feriado, não é isso? Então, voltando a falar, quem nasceu primeiro de janeiro, primeiro de maio, vinte e cinco de dezembro, sete de setembro, eles também têm direito porque se todos têm direito a tirar uma folga de aniversário, vamos dar direito a eles também; não é, minha gente? Mesmo porque, vereador Alessandro, este direito já existia. O funcionário da Educação, 1800 funcionários da Educação já tinham este direito, eles podiam gozar este dia de feriado em qualquer dia durante o ano, não era na segunda-feira ou na sexta ou no sábado durante a semana não, era qualquer dia. Agora, quando passou o dissídio coletivo, grande parte dos funcionários da Educação perdeu este direito. E eu penso da seguinte forma, direito é direito, a gente não deve tirar os direitos”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “foi por isso, vereador Leci, que eu toquei o nome do prefeito Carlinhos Rodrigues, que esta grande folga aconteceu no governo do nosso



prefeito Carlinhos Rodrigues, por isso que eu toquei”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu só acho que nós estamos aqui discutindo um veto, que o prefeito vetou um projeto e eu gostaria de dizer para você, vereador, não é hora de a gente comparar e ficar falando que foi o prefeito Carlinhos que colocou o prefeito lá não, ou seja, ele tem que fazer o que o outro fazia; não. Acho que ele apoiou sim e nós fomos eleitos, mas não tem nada a ver uma coisa com outra; certo? E eu acho o seguinte, imagina quem faz aniversário nas férias, esqueceram de colocar isso também, quem faz aniversário nas férias, porque tem férias. E o funcionário que faz aniversário nas férias? Não foi contemplado ali não, ele vai ficar prejudicado este funcionário que faz aniversário nas férias. Porque a Educação, por exemplo, tem férias em julho e dezembro e janeiro, então quem faz aniversário nas férias também, então, está prejudicado. E eu quero dizer que eu vou apoiar o veto do prefeito, estou com o prefeito pela justificativa que ele manda quanto ao veto, então eu estou votando a favor do veto do prefeito, estou com o prefeito”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “só o meu medo, vereadora Ângela Lima, de tocar no prefeito Carlinhos que o prefeito Carlinhos criou o ticket. Amanhã o prefeito vai vim cá com uma lei cortando o ticket do servidor público”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pelo amor de Deus, Coxinha, aí não. Vereador Alessandro Coxinha, não é esta a nossa discussão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu só estou com medo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não fica com medo não. Não é hora”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é porque olha só, o vereador Silvânio disse das escolas que o prefeito Cassinho está acabando, criadas pelo prefeito Carlinhos Rodrigues. É isto que eu estou tentando



explicar”. O Senhor Presidente: “a discussão não é esta não, vereador”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “estou concluindo, Presidente. Vereador Leci, a vereadora Ângela Lima está certa, vamos entrar com uma emenda, o dia das férias, é só entrar com uma emenda...”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, nós não podemos entrar com uma emenda agora porque este projeto já foi votado na Casa e já foi aprovado. O que está em questão hoje é votar sim ou não o veto do prefeito. Mas aproveitando a sua ideia, senhor vereador Alessandro, eu vou fazer uma proposta aqui para a vereadora Ângela Lima, se este veto não for aprovado e esta lei for promulgada por esta Casa, semana que vem, vereador Alessandro, nós dois entramos com uma emenda ao projeto dando este direito a quem está de férias. Está combinado?”. O Senhor Presidente: “colocar o projeto em votação. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Leci Alves Campo: “senhor vereador, seja bem claro, por favor”. O Senhor Presidente: “eu estou sendo claro. Aqueles vereadores que concordam...”. O vereador Leci Alves Campo: “concordam... concordam com o veto”. O Senhor Presidente: “não, com o veto não. Os vereadores que concordam com o projeto, autor vereador Leci, permaneçam como estão”. O vereador Leci Alves Campo: “não senhor vereador, o projeto já foi votado. O senhor tem que colocar em votação é o veto”. O Senhor Presidente: “então, os vereadores que concordam com veto permaneçam como estão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu estou permanecendo porque eu concordo com o veto do prefeito, estou sentado. Rejeitado”. Votaram contra o veto os vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, André Luiz Vieira da Silva, Fausto Niquini Ferreira, Leci Alves Campos e José Guedes.



Votaram a favor do veto os vereadores Flávio de Almeida, Nélio Aurélio de Souza, Maria Ângela Dias Lima Pereira e Silvânio Aguiar Silva. O Senhor Presidente: “o veto foi rejeitado por cinco votos. Eu quero passar a Presidência...”. O vereador Leci Alves Campos: “o veto não foi rejeitado, o veto foi aprovado. A maioria, Senhor Presidente votou contra o veto, mas como a votação é maioria absoluta...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, ele não foi aprovado, ele foi rejeitado, precisa de qualificação do Plenário de seis votos. Ele foi rejeitado, como ele foi aprovado?”. O Senhor Presidente: “é só contar os vereadores, gente, cinco a quatro, o vereador está ausente. Presta atenção para não tumultuar a reunião”. O Senhor Presidente passou a Presidência à Vice. O vereador José Guedes: “quero dizer que estou nesta Casa há vinte e dois anos e que, em nenhum momento, eu votei contra o funcionário público. Eu já fui funcionário há quarenta anos, eu sei do sofrimento; o coração da nossa cidade é, sem dúvida nenhuma, o funcionário público. Isso é um pingo no oceano, sobre certos gastos que têm na prefeitura, certos absurdos que acontecem na nossa cidade. Uma folga para uma pessoa que, por exemplo, a minha cunhada faz aniversário dia 25 de dezembro, então, é uma grande funcionária, em nome das professoras, a Cássia vai representar todos os funcionários da prefeitura. Eu votarei com muito prazer e quero frisar que as folgas do funcionário já existiam”. O vereador José Guedes reassumiu a Presidência. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “justificativa de voto, Presidente. Apesar de o dia do meu aniversário ser o dia que eu mais trabalho, mas eu reconheço, eu voto contra o veto porque eu reconheço que o funcionário público, já que é lei de segunda a sexta-feira ter direito a um dia de folga, eu reconheço que é merecido para que o funcionário tenha



mais um dia para resolver os seus problemas do dia-a-dia”. O Senhor Presidente: “eu quero frisar bem que o veto foi mantido. O veto foi mantido, cinco votos a favor, contra. Cinco votos a favor do veto. Eu estou certo ou estou errado? Eu estou certo. Foi mantido. Acabou, não tem discussão, se quiser conferir vá na gravação”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu só quero lembrar, Presidente, que quando acontece uma votação, que ela pode ser até cinco a quatro. O veto do prefeito, para quebrar o veto dele, foi rejeitado. Então, cinco a quatro foi rejeitado, o prefeito ganhou a votação. Não existe cinco a quatro numa votação que perderam, só aqui nesta Casa. Foi rejeitado, acabou. Só isso, não tem que falar que o veto do prefeito foi quebrado, ele não foi quebrado. Não é isso? Então está certo. Estou falando é isto, obrigado, ele foi mantido”. O vereador Leci Alves Campos: “é como se fosse aquele ditado, ganhamos, mas não levamos. Nós cinco, o Alessandro, o André, o Fausto, eu e o Zé Guedes, nós queríamos que a lei fosse aprovada e sancionada pelo prefeito dando o direito à folga, e tivemos cinco votos, porém os quatro votos que foram pela manutenção do veto não foram suficientes por quê? A votação é por maioria absoluta”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, muito se vê nesta Casa o espetáculo, é espetáculo o das câmaras, das filmagens, mas ninguém diz realmente com sinceridade o que está acontecendo. A folga do aniversário já existe, já existe uma lei, querem ampliar e fazer a farra do boi. Se clama todos os dias por seriedade no país clama, todos os dias clama, está errado isso, está errado aquilo, político está roubando, todos os dias, mas quando cai na Casa, se vê o espetáculo, é espetáculo o das luzes e chega ser um absurdo. Não tem ninguém contra funcionário aqui, não existe isso aqui. O que existe é um governo com problemas



financeiros seríssimos para manter uma cidade funcionando e nós queremos simplesmente pegar quem nasceu no dia 25 de dezembro e depois conceder a folga para o outro dia. Gente, a gente tem que ser sério, nós não podemos aproveitar os momentos de jornal e querer simplesmente dizer ‘funcionários públicos, a gente está com vocês’. Esta Casa sempre esteve com o funcionário público, eu sempre votei, eu não voto é o espetáculo, eu não voto é a farra, eu não voto achar que vai fazer do meu mandato a bagunça da vida de cada um. Eu levo o meu mandato com seriedade. Antes de começar a reunião, eu disse para a Ângela, eu conversei com Ângela e com Silvânio, disse a minha opinião. Eu hoje tinha tudo, se eu pensasse na farra do boi, de votar contra o prefeito, mas eu não posso fazer isso com a minha cidade, eu não posso dizer que conceder mais uma folga no dia 25 ou no dia 21 não seria mais um gasto para o governo, é um gasto sim. Como também não tiro de vocês o direito de votar; é o direito, é a liberdade do voto, é para isso que o povo votou na gente, é para a gente ter escolha e ter caminhos. Agora, não pode é usar o espetáculo e dizer ‘ah, o pessoal votou contra’. Porcaria nenhuma, eu estou sempre com o funcionário naquilo que é correto. Faço isso no meu gabinete no dia-a-dia e faço na minha vida. E não vou permitir que vão para o jornal dizer ‘nós estamos com o funcionário’. Está mesmo? Está vinte e quatro horas? É só acompanhar as votações passadas. Então, se vai fazer espetáculo, fiquem sabendo que eu não sou como os outros, eu não permito que subam nas minhas costas para aparecer. Eu votei com a minha consciência por conhecer a dificuldade financeira que este governo vem passando. E se querem vim para o discurso, vamos, mas vamos com seriedade. Usa o dia que eu não estiver na Casa, o dia que eu estiver, eu



não vou permitir não”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu faço das minhas palavras as suas palavras, foi muito feliz em todo o seu pronunciamento, só acrescento uma palavra, um populismo desses, total populismo. Isso aí é até covardia, se citando ‘votou fulano de tal, fulano de tal, fulano de tal’. ‘Fulano de tal não votou, não votou, não votou’. Para que isso? Isso é um verdadeiro teatro. Esta Casa, que não é só nós não, é o outro lado também, sempre votou com o funcionário público. Eu lembro quando eu passei pela prefeitura, o funcionário público volta lá trás e vê, os vereadores todos estavam votando, nunca deixamos de votar com o funcionário público. Para que isso? Um teatro desses, um populismo desses”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu também quero fazer das minhas palavras as palavras do vereador Soldado Flávio. Eu acho que nós precisamos de respeitar as decisões da Casa. Eu acho que é muito importante o voto aberto porque no voto aberto nós vamos votar de acordo com a nossa consciência, quem realmente é sério. Quem realmente é sério vai votar de acordo com a consciência e não está preocupado se vai ter ou não voto de funcionário público. O que vai fazer a gente ter voto ou não do funcionário público é o nosso trabalho aqui na Casa em relação a nossa cidade. Então, vereador, parabéns pelas suas palavras e eu faço as minhas palavras as suas palavras”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu já havia me pronunciado, senhores vereadores, mas mais uma vez e fazendo coro aqui com as palavras do vereador Nélio, da vereadora Ângela, tenho que também me pronunciar no mesmo sentido do senhor. Eu penso que nós vereadores temos que ter uma responsabilidade com o nosso mandato, é porque fica parecendo que é uma coisa da gente, mas é uma responsabilidade que esta cidade nos deu; uma responsabilidade e



uma responsabilidade muito grande. Eu me lembro muito bem da primeira votação deste projeto que colocaram no jornal e fizeram exatamente o que o senhor está falando. Fizeram um palanque, um palanque com o dinheiro de Nova Lima que não tem. Eu acho muito bacana falar no prefeito anterior, até porque é do meu partido, eu tenho o maior respeito por ele. Agora, nós temos que levar em consideração quanto que era o dólar lá atrás e quanto que é hoje; quanto que era uma tonelada de minério lá atrás e quanto que é hoje. Não dá para você ficar comparando o passado com o presente sem ter um conhecimento mínimo de economia, que é o que a gente está vivendo hoje. O prefeito hoje está rebolando para manter a cidade como está. Tem erro? Tem. Todo dia a gente fala isso, todo dia a gente fala ‘olha, tem erro, precisa de consertar aqui’. Ele tem nos ouvido em alguma coisa, não em outras. Tem erro sim, precisa consertar. Agora, fazer comparação simples e absoluta, pegar aqui e falar que antigamente era assim, que hoje é assim, sem levar em consideração o cenário que nós temos hoje, eu acho que é de uma irresponsabilidade que não tem tamanho”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só para eu encerrar. Só para o senhor ter ideia, chegou uma mensagem para mim aqui ‘tudo parado na Cultura, Teatro fechado, tudo parado’. E a gente briga o tempo inteiro para ficar bem com uma parte da população em cima de algo que já existe”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “justificativa de voto. Primeiro lugar, eu votei com o vereador Leci porque eu já tinha votado antes, então não era coerente eu agora mudar o meu voto por conta do veto do prefeito. Segundo lugar, quando eu fico ouvindo falar assim sobre, principalmente, a situação econômica do município, fica passando um filme na minha cabeça, eu volto no tempo e eu fico me



lembrando, nesse mesmo lugar, que pena ainda não ter sido na época filmado, mas tem registrado em Ata quando o senhor prefeito sentado ali onde está o vereador Nélio Aurélio, ele assumiu a responsabilidade de assinar um acordo coletivo que é o maior responsável pela atual situação do município, e que eu fui contra. E esta Casa, com certeza, sempre votou favorável ao servidor, todos os vereadores, inclusive na época, todos acompanharam o prefeito que assumiu a responsabilidade. Então, que fique muito bem claro que o município está supostamente quebrado por má administração. E esta questão de queda de receita que sempre se fala aqui, antes mesmo desse acordo coletivo ter sido votado, que era também supostamente para beneficiar o servidor, que agora o servidor está pagando a conta, não é? O que na verdade parecia um presente fora de época virou um presente de grego; e os gregos que me perdoem. Mas hoje está aí, os servidores estão sendo, vários, em vários setores, altamente prejudicados. Altamente prejudicados porque o Executivo já ultrapassou a Lei de Responsabilidade Fiscal e está aí se desdobrando, entre aspas, para poder tentar readequar lá a folha. Mas a verdade é que esta previsão de queda de receita, eu já tinha previsto aqui, inclusive em Plenário. A queda do minério não é de agora não, isso já vem há muito tempo. Aquele Orçamento fantasioso de setecentos e vinte milhões, aquilo ali era balela, todo mundo está cansado de saber disso. O que acontece hoje, eu queria deixar bem claro porque quando você quer defender o servidor, você defende o servidor, tudo bem. Agora, não defende o governo dizendo que o município está quebrado por conta da queda da receita porque isso já era previsto. O município está quebrado por má administração, isto é fato, está aí. A questão da Cultura, está aqui a manifestação, eu citei na semana passada o Cempre e



uma série de outras questões que estão na cidade aí pendentes, está no vermelho, tem um monte de gente querendo receber aí. Essa situação toda, eu acredito até que ela é contornável se for realmente tratado a sério as coisas que são sérias. Agora, pegar e fazer também, por parte do Executivo, fazer política com uma coisa tão simples que é uma folga, isso daí também é populismo porque agora não adianta o senhor prefeito dizer que esta alteração na folga de feriado, isso daí é o de menos, isso é um grão de areia no meio da praia; entendeu? Então, por isso é que se eu votar a favor ou contra não faz a menor diferença é consenso aqui, eu entendo que todo mundo aqui sempre é favorável, sempre votou com o servidor. E esta questão em si é o que menos interessa no momento. É que eu fico vendo aqui estas discussões e, às vezes, eu acho que estão querendo tapar o sol com a peneira. Uma coisa é o servidor que já está prejudicado, está séria a situação, está séria, eu estou esperando agora o quadrimestre, agora eu vou reivindicar mesmo como Presidente da Comissão de Orçamento, a prestação de contas desse ano. E a situação está caótica, e a gente não pode tapar o sol com a peneira, tem que resolver? Tem que resolver. Vamos trabalhar para ajudar? Vamos trabalhar para ajudar. Mas que isso daí é pouca coisa também, não vai alterar nem para um lado, nem para o outro, isso daí é fato”. 2) Projeto de Lei nº 1.505/2015, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e contém outras providências” – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Nova Lima. Em primeira votação, aprovado por nove votos. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Senhor Presidente, eu não assinei este projeto, e têm vários vereadores que assinaram aí, eu queria só dar uma sugestão, tratando da Associação Comercial porque a Sua Excelência não consulta o Plenário e já



vota isso hoje, e já liquida isso? Até porque tem várias assinaturas de alguns vereadores dentro do projeto”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou o interstícios para a segunda votação deste projeto. Em segunda votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado, Senhor Presidente. Menos um; não é?”. 3) Projeto de Lei nº 1.506/2015, que “Dispõe sobre a proibição do tráfego de caminhões e veículos pesados durante o “horário de pico” em Nova Lima”. Em discussão, o vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu... nada pessoal contra o projeto, só reparando, porque no projeto de Sua Excelência proíbe qualquer caminhão de transitar nas ruas mais movimentadas de Nova Lima, aqui a Praça Bernardino de Lima, enfim, a Bias Fortes, as ruas mais do comércio. É evidente que também fui caminhoneiro e sei das dificuldades às vezes de uma transportadora que usa um caminhão no toco que é um caminhão leve, um caminhão três quartos para entregar uma mercadoria de segunda a sexta; não entrar nas vias vai ser bastante complicado. Eu queria pôr uma emenda no projeto, verbal, e que tirasse articulado do centro e da Bias Fortes, enfim, das ruas que estão citando o projeto, e carretas. Agora, um caminhão no toco, qualquer cidadão que conhece bem sabe ele é um caminhão leve, principalmente vai entregar caixa de farmácia às vezes meia numa... são coisas leves. Então, eu acho que proibir isso aí vai trazer um transtorno muito grande dentro do município, até porque o município já tem essa proibição de carreta e de articulado aí dentro. Mas eu voto o projeto a favor desde que eu coloque essa emenda aí e possa tirar só esses dois caminhões e carretas do projeto. Caminhão no toco, a emenda é... no toco e três quartos, que possa transitar naturalmente na hora comercial em qualquer dia da semana. Essa é a



emenda”. O Senhor Presidente: “senhor vereador, eu até agradeço o senhor, mas eu pretendo até entrar com outro projeto e convidaria o senhor para participar comigo assinando, sobre o tráfego no centro da cidade. Então, este aqui já vai entrar em votação, então a gente...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas a emenda é verbal, ela pode ser votada no Plenário. Ela pode ser rejeitada como aprovada. Eu estou pedindo a Sua Excelência que ponha ela em votação”. O Senhor Presidente: “eu pediria o Plenário se concordar com a emenda do vereador. Eu fiz este projeto sobre principalmente o tráfego na BR que é uma coisa de impressionar o que está ocorrendo em Nova Lima sobre as carretas. Estão colocando culpa somente na Mineradora Phoenix, sendo que, para quem não sabe, tem a britadora lá em Rio de Peixe que está com duzentos caminhões rodando praticamente vinte e quatro horas por dia. Então, a gente está lutando contra isso aí porque pode causar novos acidentes e até mortes”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “nada contra o projeto do Presidente, vereador José Geraldo Guedes, mas eu vou me abster desta votação uma vez eu o município já conta com dois decretos, o Decreto nº 5.423 de 26/08/2013 e o Decreto 6.233 de 24/09/2014 que já regulamenta essa proposição colocada pelo vereador. Então, nada contra, mas eu me abstenho por este motivo porque nós já temos”. O Senhor Presidente: “eu gostaria só de justificar um segundo. Eu quero dizer que este projeto é completamente diferente, este projeto consta que as carretas principalmente de minério e das britadeiras, as carretas na BR que trafegam de vinte e duas às seis da manhã. Meu projeto, a prefeitura já mandou a cópia de um projeto para mim, eu li, reli, o meu projeto é completamente diferente”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu



gostaria, Senhor Presidente, de pedir vista neste projeto, se o senhor me conceder”. O Senhor Presidente: “concedido a vista para o vereador André Vieira”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é só lembrar, a emenda que eu fiz fica então para semana que vem para pôr em votação; não é isto?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Presidente. O senhor me permite que a vista seja conjunta?”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “com certeza”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu também tenho algumas dúvidas e muito baseado nas questões que a vereadora Ângela coloca. O senhor me permite? Ok, obrigado”. 4) Projeto de Lei nº 1.510/2015, que “Revoga a Lei Municipal 1.648 de 29 de junho de 2000 e dá outras providências”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer para o senhor que eu vou retirar este projeto de pauta”. O vereador Flávio de Almeida: “isso que a gente ia... o pedido seria neste sentido”. O Senhor Presidente: “sim senhor, obrigado. Está retirado o projeto 1.510 de minha autoria”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só lembrar, Presidente, que o decreto do prefeito em termos de disciplinar o trânsito das carretas, enfim, de tudo aí, ele não é superior à lei de Sua Excelência, do projeto que está em Plenário para ser votado. Então, eu entendo a explicação da vereadora Ângela Lima, não vou questionar isso aí. O projeto sobrepõe totalmente o decreto. Então, a semana que vem esse projeto entrando, nós vamos discutir sobre isso. E lembrar também ao veto porque parece que teve vereador que falou que entra com algum projeto na semana que vem, a questão do veto. O veto se falar do projeto do veto, ele não pode entrar, ele não pode voltar na Casa. Se falar do veto, se tocar em alguma coisa, ele não pode entrar na Casa, só o ano que vem.



Só lembrar isso aí, obrigado”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) De autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Requer ao Senhor Prefeito Municipal a construção do muro de arrimo da Rua Nossa Senhora de Lourdes, na altura do nº 307, Cruzeiro. Em discussão, o vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, o meu requerimento, só para que o povo entenda melhor, é o muro que caiu no Natal, na Rua Nossa Senhora de Lourdes. O pessoal da prefeitura foi lá de madrugada, repórter, tudo e a... É o muro que tem na rua embaixo, e é muito perigoso. Então, eu estou requerendo ao prefeito para ver se possa construir esse muro lá porque passa muito aluno de escola e é muito perigoso. É só para o povo entender que é o muro do final de ano. Obrigado, Presidente”. Aprovado, nove votos. 2) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal a conclusão da obra de construção da quadra da Escola Municipal Emília de Lima. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu estive pessoalmente na Escola Municipal Emília de Lima e lá está paralisada uma obra de construção de uma quadra. Então, eu estou solicitando aqui ao Executivo, na medida do possível, por questões financeiras, que ele verifique esta obra porque os alunos da escola estão com o acesso à escola pela mesma rampa que os carros transitam. Então, no horário de saída está misturando veículo com criança, então está um risco muito grande lá no Emília de Lima e a obra... Tem que providenciar alguns tamponamentos, coberturas, porque tem ferragem aparente e lá é uma escola de criança e criança pode chegar lá e machucar com o que está acontecendo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “a situação lá do Emília de Lima é realmente uma situação delicada, eu não sei



por que o prefeito não toma providências. Chega a ser... Se não fosse trágico, seria cômico. Não tem quadra na escola, inclusive nós fomos lá uma vez em comissão, foi eu, foi a vereadora Ângela Lima, foi mais... Não me lembro, o vereador Silvânio, não é? Nós fomos lá na época com o então Secretário de Obras, não é? Flávio Menicucci. E a situação é caótica. Aí as crianças, na hora do recreio, como não tem quadra, elas brincavam naquele pátio, que já são aquelas pedras que não têm condições, quando cai, rala tudo. Aí, foi fazer a reforma, agora nem o espaço que eles tinham para brincar, nossas filhas estudaram lá, nem o espaço que eles tinham para brincar, não têm mais porque ali agora virou um canteiro de obras. Além do risco, perdeu-se o único espaço que tinha. Nem construiu a quadra... Eu não sei o que aconteceu, mas nem construiu a quadra e nem desocupou o espaço e voltou a ser o que era antes. Então, ficou um negócio realmente que precisava, com urgência... O senhor foi muito feliz nesse requerimento, mas precisava olhar com urgência, vereadora Ângela Lima, a senhora conhece bem a situação lá. O prefeito olhar com carinho, pelo menos, para desocupar e voltar aquele espaço que era antes". A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: "eu acho que realmente a gente... Nós temos obrigação de entrar em contato com o Secretário de Educação, com a Secretária nossa de Regulação Urbana que é a Cristiane Bonzi, para que coloque isso como prioridade, prioridade porque, realmente, para as crianças faz muita falta esse espaço para elas se encontrarem ali na hora do lazer. Então, eu vou tomar providências sobre isso, viu, vereador? Vou conversar com o Secretário de Educação, com a Secretária de Obras para a gente colocar isso como prioridade agora no escalonamento de obras que a Secretária está fazendo. Certo?". O vereador André



Luiz Vieira da Silva: “com certeza. O Emília de Lima te agradece”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero cumprimentar o vereador Leci Campos pela ação. Como diz o vereador André, o senhor foi muito feliz mesmo. Tanto eu como o vereador André, nós tivemos nossas filhas estudando lá. Eu, a vereadora Ângela, assim como ele disse, estivemos em um momento, em 2012, iniciozinho de 2013, foi isso? Alguma coisa, em 2012, trabalhando essa questão da quadra. E me preocupa muito essa questão que o senhor colocou, muito bem colocado, do caminhar das crianças com os veículos, tudo no mesmo espaço, numa situação caótica. A questão da quadra me preocupa muito, mas a necessidade de resolver essa questão do trânsito ali, ela é muito grande. Eu, por várias vezes, tenho conversado com o Secretário de Educação. Eu penso que o momento do governo é o momento de os Secretários serem exatamente, e agirem exatamente, na minha opinião, como ele está agindo, no sentido de usar, infelizmente, ele está tendo que usar a criatividade e a sabedoria que ele tem para equacionar todos os problemas que a questão da Educação vai enfrentar com esse corte de verba. Eu fico imaginando que quando uma receita cai, a Saúde e a Educação seriam as duas esferas em que não se podia, de forma alguma, cortar o orçamento. Mas a gente sabe que o orçamento está sendo diminuído nesse sentido. Então, o Adriano, com toda a certeza, ele tem trabalhado no sentido de resolver os problemas, mas ele, em alguns casos, ele não consegue. A gente percebe que ele não consegue. E ali na escola, conforme a vereadora muito bem disse, nós precisamos de nem que seja um paliativo porque é uma escola que não tem quadra. E por ser uma escola muito antiga, não pode se fazer de qualquer forma. Preocupa muito ali também, eu não sei porque agora tem muito tempo



que não vou lá, em função de a minha filha não estar lá mais, mas me preocupa muito a questão da obra junto com as aulas. E minha menina reclamava muito disso, que eles estavam trabalhando lá e as aulas acontecendo. Isso também é um grande problema. Eu não sei se isso continua acontecendo. Mas realmente o governo precisa de dar uma solução para esse problema”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “e vereador, eu gostaria também que a gente sugerisse à diretora da escola que usasse o bom senso e que os professores deixassem o carro nas ruas laterais enquanto tivesse esse problema lá, para não estarem subindo criança e carro ao mesmo tempo. Usar o bom senso, os professores estacionarem nas vias laterais até a gente resolver o problema”. O vereador Leci Alves Campos: “vereadora, lá também está tendo o trânsito de fornecedores. De professor eu não vi, foi de fornecedores que eu vi”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “fornecedores é só a diretora também, vereador, colocar horário, ‘olha, eu vou receber aqui os fornecedores, no horário de 8 horas até as 11 horas’. Não coincide com entrada nem saída das crianças. Isso na parte da manhã”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu quero parabenizar o vereador Leci Campos, que já teve várias denúncias sim lá na quadra do Emília, mandei o pessoal do gabinete ir lá, eu também fui. Parabéns pelo requerimento. E, vereador Leci, quero contar aqui também um caso de uma escola lá do Galo. Escola do Galo, eu estive lá, as crianças ‘vereador, você que é o vereador Coxinha? Pede alguém para limpar pelo menos o parquinho para nós’. Aí eu aproveitei, entrei na escola, fui em uma denúncia de um posto de saúde, aproveitei e entrei na escola do Galo... Denúncia, vereador”. O vereador Flávio de Almeida: “não; não falei nada não”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio:



“eu aproveitei e entrei na escola do Galo e fui lá visitar a nova diretora, ela foi me passando as coisas, aí estava na hora do recreio, ‘oh, vereador, vem cá para você ver, nós não temos nem lugar para brincar’. A escola do Galo é lastimável, não dá nem para acreditar que estamos em Nova Lima na Escola do Galo. É telhado pingando água, é o parquinho todo cheio de mato, não tem quadra lá na escola do Galo para os meninos brincarem, não tem tanque para higiene bucal. Os móveis, armários, tudo jogado, com bicho lá. É uma vergonha a escola do Galo. Aproveitando a situação do Emília, a escola Carlos Rossi que é uma creche hoje também, está lá sem cobertura. Acabei de vir agora à tarde lá, chovendo, os meninos em correria, quem não tem guarda-chuva, a mãe que não tem guarda-chuva tem que esperar. É lastimável a situação das escolas, viu? É brincadeira. Tem umas escolas aí...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é, aqui na Câmara também, viu, vereador? Semana que vem se tiver essa chuva que teve hoje, eu vou pedir aos meus funcionários para trabalharem com guarda-chuva aberto, tá? Porque chovia torrencialmente dentro da minha sala”. O Senhor Presidente: “aqui na Câmara? Passarei a Presidência para a vereadora Ângela, quero pronunciar”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “recebo a Presidência e passo a palavra ao vereador José Geraldo Guedes”. O vereador José Guedes: “eu quero responder à vereadora Ângela Lima que eu estou há três meses aqui na Câmara e nós já estamos licitando. O Guto está tomando as providências. Nós vamos fazer uma reforma aqui na Câmara porque é necessário, é coisa urgente. Então, eu estou tomando as providências. Quero dizer que todos os problemas da Câmara eu estou tentando resolver. E pedir licença para fugir um pouquinho desse assunto que é da Câmara também. É um absurdo



o problema do elevador aqui na Câmara que há anos não foi resolvido. Vou procurar o Ministério Público. Eu acho que o Ministério Público tem que apoiar os vereadores, esse Presidente com relação ao elevador da Câmara porque é um absurdo. Eu pretendo contratar através de licitação um outro elevador porque se não resolver na justiça, vai ficar esperando cinquenta anos? Quantos anos que está aguardando a justiça resolver isso e não resolve? Então, a firma quebrou, não coloco culpa em ninguém, em nenhum vereador do passado, mas nós vamos correr atrás, já combinei com o jurídico e com o Guto e nós vamos procurar sim, ainda nessa semana, o Ministério Público, porque é um problema muito grave. E muito em breve nós não vamos ter mais goteiras neste prédio. Obrigado, vereadora”. A Senhora Presidente: “devolvo a Presidência ao vereador José Geraldo Guedes”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “em relação à construção do prédio novo da Câmara Municipal de Nova Lima, o Senhor tem alguma informação que o Senhor possa passar para a gente? Já existe um projeto”. O Senhor Presidente: “não, ainda não existe projeto. É minha intenção, se tiver condições financeiras, a gente vai conversar com os vereadores, pedir um apoio. Nova Lima cresceu muito e esse prédio hoje para a Câmara é ficar chovendo no molhado, ficar com reforma atrás de reforma. Está arcaico, ele hoje não satisfaz os movimentos do povo aqui dentro e dos vereadores também. E quero voltar a dizer que se a gente tiver as condições financeiras, nós pretendemos, sim, construir um prédio novo. E que, na minha opinião, não somente a Câmara deve sair da Praça Bernardino de Lima, o Fórum e até mesmo a prefeitura porque esse Centro aqui, devido ao tamanho de Nova Lima, não tem condições de se colocar um carro. Os estacionamentos são poucos, as ruas estão abarrotadas, vem visitas



muitas vezes de Belo Horizonte e de outras cidades, e não tem lugar para colocar seus carros. Então, eu acho que não somente o prédio da Câmara, mas também o do Fórum deverá ser mudado. Eu sei que tem um esforço do jurídico lá da... principalmente do pai do Álvaro que está presente aqui, ele é um juiz muito esforçado para as coisas de Nova Lima, eu sei que ele está correndo atrás, e esses prédios poderão, por exemplo, a Câmara poderá ser ocupada pela Cultura ou uma biblioteca, é isso que eu quero dizer. Obrigado”. Requerimento aprovado por nove votos. 3) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal que disponibilize cartão de transporte para os idosos. Aprovado, nove votos. 4) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal que se posicione sobre a renovação do contrato com a gestora da Escola de Dança da Secretaria de Cultura. Em discussão, o vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu fiz o protocolo desse requerimento no dia vinte e três de março... Vinte e três de março foi ontem, não é? Quatorze e trinta e um, conforme o Senhor decidiu que os requerimentos deveriam ser protocolados na segunda-feira. No momento que eu fiz esse protocolo, solicitando do Executivo a renovação do contrato com a gestora da Escola de Dança, eu ainda não tinha o conhecimento do fechamento da escola. A minha filha é aluna da escola, ela teve aula às dezoito horas e chegou em casa ela me contou que a professora deu a notícia que na próxima aula eles estariam fazendo a despedida da escola de dança. Então, eu gostaria de reforçar aqui o meu pedido ao prefeito. Eu tenho certeza de que o prefeito Cássio Magnani, um amante da cultura, todos sabem que ele, inclusive, que fez a música do hino de Nova Lima, cuja letra foi seu pai que fez. E ele deve se preocupar



mesmo com essa questão do fechamento da escola de dança da Secretaria de Cultura. Olha, minha gente, essa escola, eu disse aqui dez anos, mas tem mais de quinze anos que essa escola existe. Grandes talentos já foram revelados nessa escola. Nós temos a Daiane que hoje está no Grupo Corpo, viajando pelo mundo todo. Temos o professor Marcos que já está fazendo coreografia de comissão de frente de escola de samba no Rio de Janeiro. Então, eu acho que... Eu não sei como está a situação jurídica do contrato com a gestora, eu não sei como é que vai ser feita essa renovação da licitação para poder continuar esse serviço prestado, não é? E eu faço votos que o prefeito faça rápido para a gente não perder esse grande ganho que a cultura... Não é? Porque, você já pensou se a gente fechar a escola de dança? O CAC Cabeceiras já está fechado e o CAC Jardim Canadá já está fechado, a escola de teatro já está fechada, a escola de música já está fechada, a Casa Aristides já está fechada. Então, só a escola de dança que ainda está aberta. Então, eu peço encarecidamente ao prefeito Cássio Magnani, olhe com carinho essa situação e atenda à renovação do contrato com a escola de dança e também defina a questão do contrato com os professores para que volte a funcionar o CAC Cabeceiras, o CAC Jardim Canadá, a escola de teatro, a escola de música e a Casa Aristides. Eu peço, assim, a aprovação dos nobres colegas para que, inclusive, o vereador que quiser assinar comigo esse pedido, para a gente passar para o prefeito para o reforço do legislativo. A nossa preocupação, viu, vereadora Ângela? A senhora que sempre luta pela escola integral, e as escolas culturais são como se fossem um braço de uma escola integral, não é? Vamos torcer para resolver e, realmente, Nova Lima não perder essa Cultura tão linda que ela tem”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu tenho que



concordar com o vereador Leci no sentido da questão da escola de música. Ontem eu fui procurado por várias pessoas. Interessante que eu tenho duas pessoas especificamente assim, que eu tenho... Os filhos têm muita amizade com a minha família e com minha filha que tem também dez anos e a menina de dez anos me ligou chorando. Ela foi na escola e ao sair de lá, ela me ligou e o pai dela me passou o telefone 'conversa...', eu não vou falar o nome porque eu acho que não é interessante, mas 'conversa com fulana aqui'. E a menina estava em prantos por que... Eu acho até que ela pegou informação errada, eu vou fazer uma defesa aqui porque o assunto que tem lá é que não vai fechar a escola, é que ele vai fazer um outro contrato, pelo menos é o que eu fiquei sabendo lá na Administração. Então... Sim, exatamente. Escola de dança, perdão, é que eu me pronunciei errado aqui, é escola de dança, não é a de música mesmo não, o senhor tem razão. Então, a pessoa que falou, talvez tenha falado errado porque a notícia que eu tenho é que a escola de dança não acaba. Eles estão tentando uma outra forma de contrato para fazer a escola funcionar. É a notícia que eu tenho, não sei se é exatamente essa especificamente. E muito bem lembrado e eu convivo muito com as pessoas ligadas à Cultura, especificamente as pessoas que às vezes não têm espaço no governo e que nos procuram. Essa semana mesmo, o Senhor sabe, eu tive um problema que eu acho que foi um problema não muito interessante porque no ano passado tinha o nome de vários vereadores aqui num panfleto, e esse ano eu assumi a ajuda àquele grupo que vai fazer uma apresentação de teatro. Houve um protesto, uma coisa que eu não entendi bem porque, talvez seja porque não tinha o nome dos vereadores que estavam no ano passado naquele panfleto. Mas tenho apoiado algumas questões relacionadas à Cultura



no município, e o que me preocupa muito são exatamente esses artistas que de repente não têm esse apoio da prefeitura e que perdem mais essa possibilidade. O Teatro Municipal, segundo o que me consta, fechado. Desculpa, eu vou dar um aparte ao vereador Flávio. Mas o Teatro municipal, segundo o que me consta, fechado por falta de funcionários. O senhor muito bem disse do CAC das Cabeceiras, da questão do Jardim Canadá. Então, quer dizer, eu penso que a Cultura vai levando aquela facada no peito, vai sangrando e já vem sangrando há muito tempo, ela não vem sangrando de hoje não. Porque quando eu converso com o Gleison, quando eu converso com as pessoas que são ligadas a ele, eu percebo que o apoio para eles, também, já não é tão grande assim. E quando a gente vê principalmente o Teatro sem condições de atender por falta de funcionários lá, infelizmente a gente vê... Eu falava aqui, tem pouco tempo, que a Educação e a Saúde... E a Cultura está muito ligada à Educação. Eu falei numa reunião um dia aqui, que o povo que esquece da sua Cultura, eu falava da questão do congado, dessa coisa toda, o povo que esquece disso, que esquece da história, que esquece da sua cultura, deixa morrer um pouquinho a qualidade de seu futuro. E, infelizmente, nessa situação, é isso que vem acontecendo. Eu espero e a vereadora Ângela, com certeza, ela pode nos ajudar nesse sentido, que nos esclareça inclusive essa questão porque eu acho que a escola de dança não... Pelo o que eu fiquei sabendo e acredito que a vereadora vai poder elucidar isso e tirar um pouquinho da nossa dúvida aqui, a escola de dança não vai fechar. Mas, pelo menos é o que alardeiam e aí a Cultura vai só sangrando e sangrando e sangrando, e daqui a pouco como que vai ser? Esses artistas que já não têm tanto apoio como que ficam, não é? Eu vou dar um aparte para o vereador Flávio de



Almeida”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, eu tentei para ver se o vereador Silvânio lia a mensagem, não é? Ele não conseguiu e para piorar um pouco mais, nem eu, mas deu para entender. Segundo o nosso Secretário de Cultura, vai haver uma nova forma de contratação por força de uma liminar do Ministério Público. Então, é só uma explicação”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador, o vereador Silvânio citou o meu nome. Eu não tenho varinha mágica não, viu vereador? Mas a gente vai buscar as respostas e as respostas que ótimo que hoje nós estamos com a presença, na plateia, no nosso Plenário aqui, do Secretário de Cultura Marcos Augusto que faz um trabalho sério. Então, eu tenho certeza que nós vamos sentar, não é, Marcos? E vamos conversar e ele vai esclarecer para nós os motivos que têm levado a tomar algumas decisões que estão, às vezes, contrariando algumas pessoas. Não é? Então, nós... Que bom que você está aqui hoje, viu, Marcos? Escutando isso, não é? Você é uma pessoa séria, uma pessoa responsável, mas uma pessoa, acima de tudo, crítica, que sabe receber críticas também, não é? Então, eu tenho certeza que nós vamos sentar e vamos trazer essas respostas, vereador Silvânio, que você solicitou da gente. Obrigada”.

O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, queria pedir ao vereador Leci Alves Campos para eu poder assinar... Se eu posso assinar com ele”. O vereador Leci Alves Campos: “perfeitamente, vereador Silvânio... Alessandro”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “que bom que o senhor deu a resposta para mim. Eu também gostaria de solicitar”. O vereador Leci Alves Campos: “é claro. O vereador Fausto tinha me falado também...”. Requerimento aprovado por nove votos. 5) De autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Requer ao Senhor Prefeito o cumprimento do



projeto de lei nº 1.293 de 14 de maio de 2013, promulgado no dia 02 de julho de 2013, autorizando o Poder Executivo Municipal a firmar parceria com a Corregedoria Geral de Justiça para estabelecer remuneração aos Comissários de Menores do Município de Nova Lima. Em discussão, o vereador Flávio de Almeida: “a leitura do número aí é um projeto que eu apresentei na Casa e foi aprovado e depois que ele virou lei, ele passou a ser número seis. Foi assinado pelo prefeito. O motivo de não estar fazendo ainda é porque o governo está em crise, a situação financeira não comporta, no momento, fazer. É um Projeto de Lei de minha autoria, sancionado pelo prefeito e que hoje é a lei número seis. Só que ele não fez ainda porque o governo está em crise. Só uma explicação”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu ia até parabenizar o vereador Soldado Flávio de Almeida por esse Projeto de Lei, mas acabou que você deu a resposta já, que governo está em crise, é impressionante. Mas, mesmo assim, eu queria que colocasse em votação esse requerimento porque é bom, os comissários estão aí presentes na plateia, ter a resposta do prefeito, não é? Para saber, não é? São tantos Projetos de Lei que a gente não tem resposta. Pelo menos esse vai estar no papel, se ele... Se ele mandar para a Casa a resposta. Vocês vão lembrar dele na eleição, não é? Na hora que ele mandar no papel para vocês. Muito obrigado”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só em defesa de um projeto...”. O Senhor Presidente: “o senhor foi citado”. O vereador Flávio de Almeida: “é... Até mesmo em defesa de um projeto que é da minha autoria. Esta Casa, eu... Eu fico, às vezes, pensando ‘meu Deus do céu, até onde que nós vamos chegar?’. Porque eu acabei de dar a resposta de um projeto meu, uma luta minha, uma batalha. Eu sou um vereador que... Eu acho que



vocês não notaram ainda. Eu não peço nem para assinar requerimentos seus. Eu acho que ninguém percebeu isso ainda. Nem requerimento que é seus. Eu acho que a minha parte do requerimento é votá-lo, não pedi para assinar. Eu tenho tentado mostrar para esta Casa uma seriedade diferente, um jeito de um homem disciplinado. Então, eu já dei a resposta. É um projeto que é meu e que hoje, talvez, toda a minha luta, ela termina. Que é quando, infelizmente, às vezes, um outro vereador diz assim ‘o Flávio... O Flávio é grosso’. Mas eu não consigo ser... Eu não consigo ser fino com essas coisas. Eu não consigo... Eu não consigo ser gentil. Hoje a minha cota de gentileza, eu já fiz no início da reunião e poucos perceberam. Poucos perceberam. Com a matéria vinculada em jornal. Eu fui de uma gentileza hoje que eu até... Eu pensei assim ‘eu consegui, deixei de ser grosso’. Mas quando ocorre um fato desses, eu fico pensando ‘poxa, será que eu vou encerrar o mandato sendo grosso?’. Então, eu hoje vou continuar com minha grosseria. É um projeto de minha autoria que virou uma lei sancionada pelo prefeito, Senhor Presidente, e que está em crise. Eu não sei responder porque está em crise. Eu sou vereador, não sou Executivo. Eu sei fiscalizar e saber onde estão os problemas. Mas, o governo depois que sair da crise, ele tem que fechar um compromisso, uma parceria com o Estado. Ele também não pode fazer isso sem a parceria do Estado não. É o princípio básico de quem conhece uma lei de parceria. Então, Senhor Presidente, eu vou ficar sem graça, mas eu vou me abster em respeito ao meu trabalho, em respeito à minha caminhada. Eu estou sendo, todos os dias, desrespeitado nesta Casa. E o Senhor hoje assistiu à minha gentileza. Fiquei calado no Plenário no início, sobre a Audiência Pública, não fiquei? Mas até gentileza tem prazo de validade. Então, eu vou continuar



sendo grosso porque é doído o que esta Casa, Senhor Presidente, que o Senhor me perdoe, eu tenho respeitado a Presidência do Senhor, o Senhor sabe disso. É um absurdo... Essas coisas, elas mexem com a gente. Até mesmo um projeto, tem o número de projeto, já virou lei há muito tempo. Se é desconhecido, tem que buscar informação. Eu não apresento nada nesta Casa que eu vou mexer com o brilho de vereador nenhum. Eu acho que é questão de disciplina. Então, Senhor Presidente, eu vou ter que me abster e pedir à Casa para se abster eu não vou. Só vou dizer para os senhores que a cada terça-feira, o desrespeito aumenta. E que uma Casa que fabrica leis, ela não pode ter desrespeito com os seus parceiros, com seus amigos. Não tem como. E, infelizmente, eu venho sendo desrespeitado. Então, a partir de hoje, acabou a gentileza, eu vou voltar a ser o homem grosso mesmo porque é assim que vocês gostam. Eu estou tentando praticar a boa educação com vocês, mas está difícil. Então, Senhor Presidente, esse requerimento chega a ser um absurdo e mexe com um trabalho meu e com uma força que eu tenho feito e simplesmente é passado toda terça-feira do mesmo jeito, toda terça-feira. Então, não. Então, o vereador tem que ter respeito com o outro que trabalha. Obrigado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “primeiro, o papel dos dez vereadores aqui é para aprovar, nenhum vereador consegue aprovar projeto nenhum sozinho, tem que ter a votação de todos os vereadores. Primeira coisa. E segundo, passando para o povo... Eu recebi os comissários de menores em meu gabinete, eu não fui atrás de ninguém, tenho testemunha que eles que vieram atrás de mim. Eu, como sou o Presidente da Comissão de Segurança e Trânsito de Nova Lima, eu acho que eles fizeram certo, me procuraram, e eu estou fazendo o papel do vereador que é fiscalizar e



estou requerendo do prefeito um projeto de lei que eu não sei o que eu tenho que fazer. Se eu não sei, eu tenho que fazer um requerimento para eu ter resposta. Só estou fazendo esse papel que o povo me colocou aqui na Casa para isso, para fiscalizar o Executivo e legislar. Eu estou fazendo o papel de fiscalizar a pedido do povo de Nova Lima. Obrigado, Presidente”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, direito à réplica, por gentileza”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu não citei o nome de ninguém, viu, Presidente?”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu não mencionei o nome dele em momento nenhum, eu sigo aquilo que eu aprendi...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu não citei o nome de ninguém”. O Senhor Presidente: “eu vou liberar para o senhor porque o senhor também não citou o nome dele não. Está liberado, com a palavra, o vereador Flávio”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, quando diz sobre as comissões, eu queria falar um pouco mais sobre elas também. Eu nunca me senti tão atropelado, tão massacrado quando se diz sobre comissão nesta Casa. Primeiro, que não respeitou o preceito básico que a lei diz, maioria e minoria partidariamente falando. Mas, mesmo assim, eu continuo aceitando. Momento nenhum se viu partidariamente como seriam feitas as comissões. Mas o que é? É o uso em um país chamado Brasil. A gente atropela os outros e depois a gente sai cobrando. E sobre a Lei, Senhor Presidente, é só olhar que tem uma Resolução na Casa que fala sobre isso aí. Então, o vereador tem que aprender a ler, aprender a buscar e a ter respeito. É isso, Senhor Presidente, obrigado”. O Senhor Presidente: “vereador Flávio, eu queria dizer para o senhor que eu vou abster do voto porque eu sei que o senhor é autor dessa Lei e eu tenho observado que, realmente, estão havendo



atropelamentos aqui na Casa. Isso não pode acontecer, isso traz um transtorno muito grande, principalmente para mim que faço parte aqui da Mesa como Presidente. Eu gostaria que os vereadores entrassem em acordo e respeitassem o direito do outro. Eu estou tendo trabalho, às vezes está tendo atropelamento, eu sou um vereador aqui antigo. O Flávio me conhece, o Nélio, os mais antigos trabalharam comigo, eles sabem que essa não é a minha linha, eu nunca atropelei um vereador aqui. Então eu, como Presidente, pediria encarecidamente que os vereadores entrassem em acordo para não haver isso porque pega mal. O senhor realmente é autor dessa Lei. Continua em discussão, a Ângela pediu Questão de Ordem”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “em respeito ao vereador Flávio, eu também me abstenho de votar esse requerimento. E o Senhor tem toda a razão, sabe Senhor Presidente? Nós temos que ter o cuidado, o cuidado de respeitar cada um. Respeitar cada um. Não é? Então, eu me abstenho, viu, vereador? Estou com você e concordo...”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu também vou me abster por uma questão partidária ao vereador Flávio, somos do mesmo partido. E reconhecendo que, realmente, a Lei é dele, vou me abster da votação”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu volto a falar, não foi a primeira vez, não será a última vez. Então se é... Eu acho que talvez a solução seja, antes de entrar com requerimento aqui, passar no gabinete de cada um para ver se alguém tem coisa parecida ou do mesmo gênero, está certo? Porque toda vez... Quase toda semana tem esse problema aqui. Entra com um requerimento ‘oh, entrei com esse requerimento no ano passado’. Então, isso que está acontecendo agora, coisa chata, não é? Nosso amigo ali, Soldado Flávio já usou até o termo aí ‘vou voltar a ser grosso...’. O vereador



Alessandro Luiz Bonifácio: “... eu vou retirar, eu...”. O vereador Flávio de Almeida: “não retira não, deixa entrar em votação”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu acho que não é por aí. Não é? Isso aqui é uma Casa, colegiado, eu acho que nós temos que procurar manter o respeito um pelo outro. Então, eu acho que, com certeza, hoje não vai ser a última vez que isso estará acontecendo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu vou proceder de uma forma que não prejudique ninguém. Eu acho que, quando tem... O vereador já tem um projeto aprovado e já foi sancionado, é normal que eu acho que... Se algum... Alega o vereador aí no Plenário que as pessoas o procuram para fazer aquilo. Então, que ele tenha o cuidado de olhar o projeto, se é do vereador Flávio, se é do vereador Silvânio, vai e fala ‘vereador Flávio, estão me cobrando, o senhor entra com o requerimento’. Aí, o autor do projeto vem à Mesa e entra com o requerimento e resolve tudo. Não precisa se passar por esse constrangimento que eu até acho um pouco fora de ética”. O vereador Flávio de Almeida: “a coisa é um pouco mais séria. Eu acho que a gente continua brincando. Gente, aonde que um requerimento vai ter força maior do que uma Lei sancionada pelo prefeito? É um pouco maior, gente, isso é um pouco maior. O vereador pode sair daqui e ir buscar informações lá. É isso. Porque senão as leis aprovadas nesta Casa, elas perdem o valor. É muito mais sério”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “vereador Flávio, o senhor me concede um aparte?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu estou com a palavra”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “você me concede, Nélio?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu só vou concluir e se o Presidente conceder, eu concedo o aparte”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, eu estou tirando o requerimento, vamos acabar



com isso. Acaba com isso, eu estou retirando”. O Senhor Presidente: “mas o senhor não propôs; está retirando?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “espere aí, vereador, eu estou com a palavra”. O Senhor Presidente: “o vereador Nélio está com a palavra”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o requerimento está em discussão e votação, ele não pode ser retirado agora não”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está em discussão, eu posso sim”. O Senhor Presidente: “calma, vereador. A palavra está com o Nélio Aurélio e depois...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “estamos discutindo uma matéria aqui e de uma hora para outra ela vira um fubá? Que isso? Vereador Flávio, lembrando bem, que eu vou agora proceder dessa forma no Plenário, se tiver projeto aprovado e sancionado, eu não voto requerimento de ninguém. E vou me abster do requerimento dele”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu só gostaria de complementar o que o vereador Fausto está falando. Vereador, quando a gente passava os requerimentos, entregava os requerimentos lá na Assessoria Parlamentar, a gente era orientada, a gente era orientada. Falavam ‘olha, esse requerimento o vereador tal já fez’ ou ‘esse requerimento fere a lei tal’. Então, a gente era orientado. Agora, a gente não é orientado mais com isso. Por isso que eu acho e eu vou repetir aqui de novo, vou pedir ao Senhor Presidente que nos apresente os assessores responsáveis pelos serviços da Casa, pelos serviços da Casa; não é? Então, a gente não sabe. Hoje eu abri a porta do meu gabinete... Quer dizer, abri não, a porta fica aberta. Saí do meu gabinete, aquela salinha ao lado que era ocupada pelos assessores da área de orçamento, eu vi uma pessoa lá que eu nunca vi na minha vida. Quem é essa pessoa? Eu não sei quem é, não sei quem é. Pedi uma semana antes, uma semana antes, eu pedi, eu requisitei um carro,



que eu precisava de mandar um documento com urgência na Cidade Administrativa, inclusive para tratar de assuntos que nós discutimos aqui para conversar com o Dr. Flávio Menicucci, uma semana antes. Eu não pude ter o carro porque já estava comprometido. Uma semana antes já estava comprometido, sendo que nós temos dois carros na parte da manhã, dois carros na parte da tarde; não é? Se a gente for olhar isso, nós temos cinco dias na semana, então nós temos dez horários na parte da manhã e dez horários na parte da tarde, durante a semana. Eu pedi com uma semana de antecedência, eu não pude ter o carro. Mas eu cheguei lá para discutir com o funcionário que eu nem conhecia. Foi me falado o nome dele, de Leonardo, porque o vereador Alessandro me falou que era indicação dele. Então, eu não sabia. E cheguei lá e descii o cacete, coisa que eu não gosto de fazer. Outra coisa, Senhor Presidente, nós recebemos e eu fiquei muito satisfeita de receber, sobre Cidadania Honorária. Tudo dividido, tudo certinho, quantos homenageados, o dia, tudo direitinho. Quando eu sou surpreendida hoje que não tem Cidadania Honorária dia vinte e cinco. E eu tenho um homenageado, um homenageado. Eu não fui sequer comunicada que não vai haver mais o Título de Cidadão Honorário para homenagear essas pessoas que foram selecionadas de acordo com o tempo que nós entramos aqui com os pedidos. Mas como que nós vamos ficar reclamando se nós não sabemos nem quais são os critérios que são adotados por cada assessor? Nós não conhecemos, nós não conhecemos o assessor. Quais são os critérios que eles têm para fazer, para não fazer, para atender, para não atender, a quem atender, a quem não atender. Nós não conhecemos. Porque cada assessor deve ter os seus critérios. Agora, nós temos que conhecer isso, temos que conhecer isso. Eu já solicitei



isso aqui três vezes e volto a falar, nós precisamos de conhecer os assessores da Casa, assessores da Casa. Nós estamos tropeçando com pessoas aqui na Casa que a gente não sabe nem quem é, nem quem é. Sabe-se que é funcionário porque entra meio dia e sai seis horas, então é funcionário da Casa, a gente sabe isso, a gente vê isso. Mas eu fico é triste com isso, triste com isso. Quer dizer, eu já tinha ligado para o meu homenageado porque eu recebi no dia nove a listagem, no dia onze eu comuniquei com o meu homenageado para ele já colocar na agenda dele a vinda aqui na Casa no dia vinte e cinco e aí, hoje, fala ‘ah, não. Não vai ter mais não’. A gente não é nem comunicado que não vai haver mais, nem comunicado que não vai ter mais. Então, realmente, são lamentáveis essas coisas que estão acontecendo aqui na Casa”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora, eu concordo plenamente com a senhora. Semana passada eu fiz um questionamento... Vereadora, semana passada eu fiz um questionamento com relação ao requerimento que a senhora fez especificamente sobre os funcionários da Casa, e eu fiz mais ainda. E aí, vereadora, o que me preocupa é que a Presidência dessa Casa vive reclamando do governo que não manda a resposta para a Casa com relação aos questionamentos que nós fazemos lá. ‘Faça o que eu falo e não faça o que eu faço’, não é assim? Porque reclama que não mandam para lá, mas quando a gente faz aqui não manda para a gente também não. Com relação ao que a senhora falou, a minha reclamação no início da reunião aqui, eu fui organizado, eu mandei um documento para a Presidência dizendo que semana que vem eu não viria à Câmara. E o momento da reunião que é para fazer essas comunicações é no início da reunião e a minha não foi feita. Semana passada foi preciso eu ser deseducado com o pessoal ali dentro daquela



sala porque eu tinha duas comunicações que foram protocoladas nesta Casa e que não foram lidas e eu estava conversando com o cidadão e ele nem olhando para a minha cara ele estava, que era a pessoa que podia me dar uma resposta. E depois virou para mim ‘eu estou te dando atenção sim’. É te dando atenção assim, eu conversando ali e a pessoa virando para mim ‘espere aí’. Eu preciso de respeito, eu exijo respeito porque eu respeito as pessoas. Eu concordo plenamente com o que a senhora está falando. Eu penso que se a gente não começar a cuidar daqui de dentro, não adianta ficar bonitinho, falando que o governo não dá resposta, fazendo isso...”. O Senhor Presidente: “vereador, está fora de pauta. Eu estou deixando porque eu sou democrático”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereadora, obrigado pelo aparte que a senhora me deu”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de usar da palavra, vereadora. Eu gostaria de usar da palavra, é muita injustiça nesta Casa. É muita injustiça. Outro dia a senhora, a Ângela Lima, a vereadora, me pediu um carro, o carro estava agendado comigo, eu cedi para a senhora ir a Caeté. Deixa eu completar. Cedi, a senhora sabe disso que eu cedi o carro para a senhora ir à Caeté. Não tem problema. Eu fui no meu carro a Belo Horizonte. Agora eu quero dizer que a agenda aqui é apertada mesmo do carro. Eu sei disso, é muito apertada. Eu rodo no meu carro o dia inteiro. Quase que eu não uso o carro da Câmara, pode verificar isso. E quero dizer também, já que falaram fora de pauta, eu também vou falar. Quero dizer que eu estou sendo massacrado nesta Casa sobre o projeto da anistia. E eu tenho as minhas razões. Massacrado, cobrado. O projeto da anistia, eu que sou o Presidente, eu que sei. ‘Ah, porque não entregou para o vereador’. Não vou entregar o projeto da anistia para vereador nenhum. Se ele tem, esse



projeto tem três versões. Eu não posso entregar, está tudo errado. Vindo errado da prefeitura, eu não sou obrigado, vereador, vereadores que andam me criticando injustamente, entregar projeto que está errado. Vou até repetir, são três versões em um projeto. Eu não tenho culpa se o projeto veio três vezes errado da prefeitura não. Então, eu não sou obrigado a ficar olhando para a cara de vereador não. Eu não sou obrigado a ficar olhando nos olhos de certos vereadores não, não sou obrigado. Eu tenho a minha maneira de ser, ninguém vai me mudar. Eu dou atenção sim, desde que os vereadores me respeitem. Tem vereador aí querendo atrapalhar o meu trabalho, a maioria tem me apoiado, mas tem vereador tentando. Não vou colocar nenhum projeto, nem meio projeto de última hora e estou certo. Os projetos, o prazo é sexta-feira. É sexta-feira e acabou. Se tem falhas na Câmara, eu vou procurar corrigir, vou procurar corrigir. Vocês sabem da minha seriedade. Então, quero dizer que a partir do dia primeiro, a Câmara vai funcionar de manhã e à tarde. Por quê? Porque toda vida eu tive essa vontade. Então, nós vamos organizar, os vereadores vão colaborar. Por quê? Os contribuintes de Belo Horizonte, Raposos, Rio Acima, às vezes, vêm em Nova Lima de manhã para fazer alguma coisa de seu interesse, sem ser da Câmara, ele tem que esperar meio dia para a Câmara abrir. E ela vai funcionar e vocês vão ver que é bom para o povo de Nova Lima e as pessoas de fora também. Então, às vezes, eu não consigo, eu não consigo. Eu não nego carro para ninguém. O carro não é meu, o carro é da Câmara, está para servir. Não importa que sejam quinze dias. Às vezes o carro está agendado até para um mês para frente, eu não sei. Então, eu peço que vocês colaborem comigo. Eu estou procurando trabalhar certo e sério. Então é isso aí”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira:



“Senhor Presidente, o Senhor entendeu o que eu falei. É a gente conhecer os assessores...”. O Senhor Presidente: “deixa eu continuar e eu passarei a palavra para a senhora. Quero dizer que nós estamos fazendo as coisas corretas. Com relação a funcionário, nós vamos fazer a relação sim, estamos fazendo as relações. Eu estou esperando acontecer que o prefeito sancione a Lei dos cargos que virão para eu fazer uma listagem completa. A senhora está entendendo o que eu quero dizer. Eu não vou ficar fazendo uma lista hoje, outra amanhã, outra depois. Eu quero fazer uma definitiva. A senhora está com a razão, que o vereador tem mesmo que fiscalizar e olhar quem é quem aqui dentro. Obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “O Senhor não está entendendo. Eu, nesses dois anos e três meses que nós somos vereadores, eu usei o carro da Casa duas vezes. Uma vez para levar um documento na casa do Dr. Castelar, que eu precisava de mandar para ele. E a outra vez que o Senhor me cedeu o seu carro, o carro da Presidência...”. O Senhor Presidente: “meu não, da Câmara”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “da Câmara, da Presidência; não é? Da Presidência. Não estou falando do Senhor pessoa não, estou falando do Senhor enquanto Presidente de uma instituição. Então, o Senhor me cedeu, sim. O Senhor me cedeu o seu carro. O Senhor trocou comigo. Eu pedi e o Senhor trocou comigo, o Senhor trocou comigo. Então, não é isso que eu estou falando. Eu estou falando é da gente conhecer os assessores para a gente conhecer os critérios, para saber os critérios. Porque eu vejo vereador usando o carro durante a semana inteira, eu vejo. E eu pedi uma semana antes, com uma semana de antecedência. Eu estou querendo é conhecer esses assessores para a gente saber os critérios que eles usam, como é que eles estão



querendo fazer o trabalho deles para a gente também se incorporar a isso. Eu não quero atropelar ninguém, não estou aqui... Sou vereadora, sou vereadora do município, quero trabalhar pelo bem do município e pelo bem da Casa, pelo bem da Casa que nós, hoje, representamos. Certo? Então é isso que eu quero, eu quero é conhecer as pessoas que estão aqui dentro da Casa. Obrigada”. O Senhor Presidente: “a senhora está com a razão. O vereador Coxinha vai retirar...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “vou, Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Questão de Ordem. O requerimento já foi discutido, tem que ser votado. Se não nós perdemos tempo, ficamos aqui até agora para retirar o requerimento. Eu acho que o requerimento tem que ser retirado antes de entrar em discussão”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu queria, Presidente... É porque o Secretário Nélio Aurélio fala sempre que não olha requerimento, direto ele sai da reunião mais cedo por causa de requerimento. Eu queria ouvir a palavra do Senhor, Presidente, o senhor que é o Presidente da Casa, por favor”. O Senhor Presidente: “na minha opinião, o senhor tem direito de tirar o requerimento sim”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, Presidente. Eu quero retirar”. O Senhor Presidente: “é até uma correção de um erro do senhor”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “está retirado o requerimento. Próximo requerimento”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu não vou entrar nessa polêmica não, mas é fazer a gente, todos aqui no Plenário, de idiotas”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “inclusive o senhor Secretário hoje está aí porque ele está inscrito no Grande Expediente. Toda reunião ele vai embora. Mas é bom que agora a TV Banqueta está filmando, está vendo os vereadores que trabalham”. O vereador Nélio



Aurélio de Souza: “Questão de Ordem. Ele está olhando e me apontando. Eu não faço populismo não, vereador. As urnas dirão”. 6) De autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo que solicite à Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos que sejam feitos estudos de viabilidade para colocação de sinalização de trânsito necessária para evitar transtornos de tráfego e acidentes na Rua José Liberato Rodrigues que bifurca com a Rua Aristides Martins no Bairro Vila Operária. Aprovado, nove votos. Próximo requerimento, Silvânio Aguiar”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Secretário, o senhor só me fala só o tema do requerimento porque eu vou ter que tirar um requerimento de pauta para poder fazer um em...”. O vereador Nélcio Aurélio de Souza: “é recapeamento asfáltico”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “tira ele, por favor”. O Senhor Presidente: “retirado o requerimento”. 7) De autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo a colocação de abrigo com assentos e proteção de chuva nos pontos de ônibus das Ruas Rio Piracicaba, em frente ao nº 173, e Rio Negro, em frente ao nº 63, no Bairro Nossa Senhora de Fátima. Aprovado, nove votos. 8) De autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo a criação de adesivo para colocação nos para-brisas dos taxis da cidade de Nova Lima, informando sobre a obrigatoriedade do crachá de identificação do condutor e prestador do serviço de taxi em local visível para o passageiro. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, só explicando um pouco o nosso requerimento aqui. Primeiro com relação à sinalização nos pontos, é que especificamente no ponto aqui em frente o Epa, as pessoas, às vezes, ficam ali porque nem sempre ali tem o táxi esperando as pessoas e aí a pessoa fica lá. O táxi



aponta lá em cima, vem um espertinho e pega o táxi e vai embora e a pessoa, às vezes, uma senhora, uma pessoa mais idosa, fica ali esperando o táxi e outro passa na frente, no famoso carão. A segunda parte desse requerimento tem a ver com um fato ocorrido. A pessoa pegou o táxi, aliás, ligou para a cooperativa, a cooperativa mandou o táxi, veio um cidadão nesse táxi com fone de ouvido, mascarando chiclete, nada contra a pessoa mascar o chiclete, mas com relação à atenção ao trabalho que ele vai desenvolver. Começou a dirigir em uma velocidade acima do permitido para a região que ele estava dirigindo e quando a pessoa deixou o táxi, eram duas pessoas, quem estava no banco da frente saiu do carro e ele desatento, a hora em que a pessoa que estava no banco de trás foi sair, ele puxou o carro e, infelizmente, graças a Deus que não deu um acidente mais sério, mas a pessoa teve que fazer um boletim de ocorrência, teve todo o transtorno que causa uma situação dessas. E aí a preocupação é porque o dono do táxi, ele coloca uma outra pessoa, mas ele deixa o crachá dele lá dentro do carro. Então, nós precisamos da fiscalização no sentido de que? Se eu for fazer uma denúncia, eu vou denunciar o dono do carro e eu posso estar sendo injusto com ele. E mais, pode estar dirigindo aquele táxi, uma pessoa que nem credenciada é. Então, o nosso requerimento... Aliás, a gente já conversou com o Tenente Antônio, ele prontamente nos atendeu, explicou a situação, mas o nosso requerimento é para que seja feita uma maior fiscalização nesse sentido para que a gente tenha o serviço do táxi, que é um serviço público e não particular, que a gente tenha esse serviço de maior qualidade no município”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “aproveitando o momento, já que Vossa Excelência falou de táxi, eu gostaria de saber se algum colega sabe dar alguma informação em relação à licitação de



novas placas de táxi na cidade de Nova Lima. Nós questionamos isso desde o início do ano passado”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “se a Sua Excelência quiser, eu posso explicar”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “poderia dar uma posição para nós?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “posso sim. Existe requerimento lá atrás, vários que assinamos até eu e o vereador Flávio, para o Jardim Canadá e para o Alphaville e também para Nova Lima. E esses requerimentos foram encaminhados ao prefeito. E eu, tem umas duas semanas ou três, eu conversei com a Promotora e vou marcar uma reunião lá, até porque eu não vou sozinho, vou chamar o vereador Flávio, eu devo agendar isso essa semana que vem. E quem estiver nesse requerimento, eu tenho o prazer de levar junto porque precisa...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu gostaria de ir porque eu estou nessa também”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “precisa dela para ela acertar com o Executivo essa demanda. Eu entendo que a dificuldade é exatamente porque o que ela queria é que essas pessoas todas que têm a placa aí entrassem na licitação. Isso é um absurdo porque tem gente aí que tem trinta, quarenta anos de placa. Como é que você vai tirar? Tem pessoa até que já faleceu, a placa ficou para os filhos, para a mulher, enfim, para os familiares. Como é que você vai tirar a placa desse povo? Não tem jeito. Então, a minha demanda com ela, particularmente minha, e eu não sei se é do vereador Flávio, se ela criar dificuldades para Nova Lima, que faça do Jardim Canadá e do Alphaville porque lá é necessidade, aqui ainda tem um pouco de táxi, lá não tem nada”. O vereador Flávio de Almeida: “ocorre o que? O Ministério Público de Nova Lima tem que fazer o mesmo que Betim fez e outras cidades. Entrar num consenso, onde mantém os taxistas de hoje porque tem



taxista que o único patrimônio que ele tem é o táxi, é o que o filho roda, é o que a família roda. Entrar num consenso, mantê-los por mais trinta anos, vinte anos e faz uma nova licitação atendendo à nova realidade da cidade. Quando o vereador Nélio era Presidente, ele montou uma comissão, tem até uma comissão em aberto na Casa. Se eu não me engano... eu não vou falar os nomes dos vereadores não...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “não houve acordo na época com a Promotora, mas agora, vereador... A Dra. Ivana está agora credenciada, aceitando possivelmente que, se não tiver consenso na cidade de Nova Lima, pelo menos no Jardim Canadá e no Alphaville faça-se a licitação porque lá é uma vergonha. Lá eles pedem táxi em Itabirito... Lá eles pedem táxi em Itabirito, sabiam disso ou não?”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “o senhor há de concordar comigo, não é justo um dono de um táxi aqui, um proprietário de um táxi que tem placa há vinte ou trinta anos... Não é justo que entre...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu também não concordo não. Tanto é que isso aí tem dificuldades para resolver exatamente porque eu não concordo com isso, e tem vereador que não concorda, vários”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “é muito fácil, em Nova Lima todo mundo conhece todo mundo. Todo mundo aqui sabe quem são os taxistas antigos aí, não é? Acho que não teria dificuldade nenhuma. Abre licitação para novos aí, novos taxistas. Agora, eu não sou muito a favor também de ser vitalício não, transferência de táxi para... Aí eu não sou muito... Eu acho que não. Eu acho que faleceu o proprietário, o antigo, essa placa tem que ser... entrar...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “isso aí é penoso. Em Belo Horizonte eles votaram uma lei...”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “... até cartório acabou com isso”. O vereador Nélio Aurélio de



Souza: “em Belo Horizonte, aqui não tem muita regulamentação”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “então, daqui uns dias tem vereador aí de vinte anos vai querer passar o cargo para filho. Eu acho que não é justo não”. O vereador Flávio de Almeida: “bom, senhores. Eu fui Secretário de Segurança na cidade de Nova Lima, então eu conheço de perto a realidade deles, e tem taxista que tem um único patrimônio, é a placa de táxi mesmo. De uma cidade igual à nossa é quase que um ato normal. O cara vai construindo uma família, vai estudando os filhos, então fica isso. Por isso que a nossa proposta anterior era que desse a ele mais um período, não o título de vitalício, mas que desse isso a ele por ser o único patrimônio que ele tem. Então, naquela época o prefeito também não fez exatamente porque não tinha um consenso, o senhor lembra disso, não tinha um consenso. Então, sem esse consenso fica impossível a gente fazer. Mas, enquanto isso, a gente vê os táxis de Belo Horizonte rodando na nossa cidade e aí tirando o emprego. No Jardim Canadá, não é vereador? A gente só vê é trinta, cinquenta táxis, faz ponto lá. Seis Pistas, o hospital... Só para vocês terem ideia de como a nossa cidade, às vezes, para no tempo. Então, se a gente puder sentar com ela, Nélio, e ter um consenso para ajudar os taxistas mais velhos, é o que realmente importa para eles, hoje. Obrigado”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de usar da palavra, passaria a Presidência”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “recebo a Presidência, passo a palavra ao vereador José Geraldo Guedes”. O vereador José Guedes: “eu quero fazer um comentário sobre o problema do táxis em Nova Lima porque senão amanhã vão falar assim ‘o José Guedes copiou o que foi dito aqui’. Estou com um ofício pronto para a Dra. Ivana solicitando dela que ela concorde em colocar os novos táxis em



concorrência, mas os antigos de cinquenta anos, trinta anos, eu nunca concordei com isso. Quero dizer que eu tenho vários requerimentos nesse sentido, o Flávio tem, o Nélio. Várias vezes nós batalhamos, outros vereadores também, batalhamos sobre o problema do taxista em Nova Lima e pela falta de táxis. Então, eu fiz um requerimento há uns dois dias para a Dra. Ivana. E cada um tem um modo de pensar, eu acho que o titular ao falecer, que o táxi poderia ficar para a esposa ou para o seu filho, isso aí é opinião minha, própria. Porque não é justo que um patrimônio que foi conseguido com sacrifício, trabalhando anos e anos em prol da cidade, ele será desativado? Eu acho que a gente pode conversar sobre isso, conversar com a Promotora, eu acho que não é justo o titular falecer e a família perder os direitos. Então, estou dizendo isso porque senão vão falar assim ‘o José Guedes copiou o que foi falado na última reunião’. Não, eu já estou com o meu ofício pronto e gostaria de participar com vocês dessa reunião. Obrigado”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, por exemplo, se a esposa do taxista não dirige, se o filho do taxista não dirige”. O vereador José Guedes: “a concessão é da placa do carro para a família”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu, sinceramente, nós estamos em 2015, eu não consigo entender uma cidade a dez minutos de uma capital, depois das dezoito, vinte horas você não consegue um táxi. Eu moro lá no Retiro e é a maior dificuldade de conseguir um táxi. Imagina no Retiro, hein? Que é quase Centro. Todo mundo reclama, gente, da falta de táxi em Nova Lima. Realmente... Existe um mistério aí no...”. O vereador José Guedes: “só para concluir, hoje, por baixo, uma placa de carro em Nova Lima, eles vendem até por cem mil, cento e vinte mil, para quem não sabe”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “temos que



mudar, Senhor Presidente. Um telefone, há vinte anos, um telefone celular custava três, quatro mil reais, hoje um celular custa...”. O vereador José Guedes: “eu estou com a palavra, senhor vereador. Deixa eu concluir o meu raciocínio. Eu não acho justo que um patrimônio de cem, cento e vinte mil seja desativado. Aquilo é um patrimônio não somente do titular, é da família”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente”. O vereador José Guedes: “a Presidência está com Ângela”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Questão de Ordem, Senhor Presidente ou Senhora Presidente, se eu não me engano...”. A Senhora Presidente: “estou recebendo a Presidência e passando a palavra ao vereador André Vieira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “salvo engano, esta Casa já votou um projeto nesse sentido, não sei se a autoria era do Presidente, eu acredito que sim, onde a placa passa a ser do familiar. Eu também entendo dessa forma e diante da discussão aqui, diante da colocação do vereador Nélio Aurélio, eu queria propor que esta Casa fizesse uma audiência pública em relação à questão de abrir licitação ou não porque, pelo o que eu entendi que o senhor colocou, ela já está sensível a aceitar que os que já são de Nova Lima permaneçam com a placa, o que é consenso de toda Casa. Agora, como fazer este levantamento, como fiscalizar, como determinar quem é quem, aí eu acredito que uma audiência pública era fundamental para a gente pelo menos dar o primeiro passo em relação a isso. Considerando que essa conversa com a Promotora, ela já vai vim de forma favorável ao que esta Casa entende e ao que a categoria também entende, que é o que eles brigam é justamente por isso, para permanecer os que têm a placa, os que são de Nova Lima permanecerem. Então, a questão seria, se ela aceitar, então, através de



uma audiência pública se discutir sobre isso, já é a melhor forma, chamar, principalmente, a presença do vereador Flávio é fundamental, mas chamar o atual Secretário de Transportes, chamar os representantes da categoria para a gente definir e tocar, fazer o que tem que ser feito, até para parar com essa confusão que tem, principalmente, lá aonde a maior briga, a maior guerra é lá onde faz fronteira, nas Seis Pistas, que há o questionamento de quem vai utilizar ali. Hoje eles estão até mais... Chegaram a um consenso, estão conversando, mas é bom que fique bem definido e que, principalmente, os que têm direito aqui, tenham esse direito garantido por lei. Então, eu queria sugerir, Senhora Presidente, que a gente fizesse uma audiência pública”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “vereadores Nélio Aurélio e Soldado Flávio, já que Vossas Excelências vão conversar com a Dra. Ivana, já aproveita e leva também o problema dos moto-táxis. O que custa criar uma cooperativa dos moto-táxis? Hoje tem moto-táxis para todo lugar. Não sou contra eles não, pelo contrário, acho que tem que ter moto-táxi sim. Mas tem moto-táxi na Praça do Mineiro, tem moto-táxi aqui em baixo no sinal, então, que organize essa categoria. Já está passando da hora. Aí a gente vê moto-táxi carregando gente sem capacete, passageiro sem capacete, moto-táxi sem colete de identificação. Então, eu acho que os senhores já poderiam aproveitar e fazer esse comentário com ela também. Nova Lima hoje deve ter, no mínimo, uns duzentos moto-táxis, mais. Tudo sem identificação, ilegais. Eu tenho certeza, pode perguntar, pode chamar qualquer moto-táxi aí, que ele está interessado em entrar em uma cooperativa, ser cadastrado, regulamentado. Muito obrigado”. A Senhora Presidente: “eu vou devolver a Presidência ao vereador José Geraldo Guedes, mas antes de eu



devolver a Presidência, eu acho que também a gente tem que levar em consideração que o Presidente da Casa, ele deve estar fazendo esse ofício para a Promotora em nome da Casa, não é isso? Que logo que ele tenha uma resposta oficial da Promotora, que ele nos participe. Isso não vai inviabilizar a ida do vereador Soldado Flávio e a ida do vereador Nélio Aurélio para conversar com a Promotora. Mas também aguardar esse ofício que está sendo enviado, em nome da Câmara Municipal, pelo Presidente da Casa. Devolvo a Presidência ao vereador José Geraldo Guedes”. O vereador Flávio de Almeida: “o meu interesse em acompanhar o vereador Nélio é porque o Projeto de Lei nessa Casa é de minha autoria. E eu trouxe exatamente o que uma lei federal fala para o texto. Agora, sobre os moto-táxis, se os senhores concordarem, a gente faz o projeto e os vereadores todos assinam, não tem dificuldade não. Já existe uma lei federal que hoje diz que eles podem rodar. Basta a Casa fazer o projeto, aprovar e mandar para o prefeito. Se os senhores concordarem, a gente... Isso aí é questão de cinco dias está pronto o projeto”. O Senhor Presidente: “eu pediria à secretária Rúbia para amanhã me lembrar, nós faremos com urgência esse projeto aí”. O vereador Flávio de Almeida: “isso é coisa rápida de fazer. Só que ao fazer o Projeto de Lei, não concede que todos estejam rodando, só aqueles que estão dentro da lei, que é uma lei federal. Não é? Vai ajudar...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “tem suas regras, não é?”. O vereador Flávio de Almeida: “tem as suas regras”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é mais seguro também”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas quem não estiver... O vereador lembrou bem, vai sobrar muita gente. Então, tem que saber direitinho, não é vereador? A pessoa não está credenciada a prestar o serviço que a exigência do projeto pede. Certo



ou não? Esse projeto, o vereador tem razão, ele já é lei federal e isso passa mais fácil que os táxis aqui. É chegar, pôr e votar. Agora, ver as consequências, que eu acho que vai ter que a Casa sentar e saber o que é melhor fazer. Obrigado”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu concordo com o senhor, mas eu não concordo com o seguinte, não é porque tem quinhentos rodando aí, nós vamos cadastrar, regulamentar duzentos, senão nunca isso vai acontecer, senão nunca eles vão estar legalmente cadastrados numa cooperativa. Tem que chegar um determinado dia, uma data, que a partir de hoje vocês têm que estar legais. Concorda comigo?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu concordo. Agora, eu até voto o projeto, só estou falando que depois a gente pode debater entre os vereadores e saber se passa. Eu até voto. Eu acho que é melhor um benefício do que ficar do jeito que está, mas tem que... Ou pode pôr uma emenda no projeto também lá, dando uma carência de noventa dias que quem não estiver, que vai se adequar ao projeto. Pode ser uma solução”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “que dê uma carência de trezentos e sessenta e cinco dias, mas eu acho que tem que ter uma data definida”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “isso aí não precisa nem da Promotora. O vereador Flávio falou certo, já tem legislação federal. Ele falou certinho, não precisa nem da Promotora, a Promotora é só os táxis”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu ouvi muitas sugestões aqui, ouvi vários assuntos e, às vezes, a gente é criticado porque sai do assunto e a grande magia do Plenário é justamente essa, não é? Espero que todos aqui ainda se lembrem do tema desse requerimento que, apesar de os assuntos todos terem a ver com táxi, mas o tema do requerimento, realmente, não era esse. O vereador Fausto Niquini e o vereador André



que fizeram algumas sugestões, se quiserem acrescentar isso ao meu requerimento eu estou aberto, vereador, acho que vai enriquecer muito”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “por favor, eu gostaria, se o senhor permitir”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “permito sem problemas”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “no caso, é o pedido de audiência e eu não sei se caberia no seu requerimento ou eu faria um requerimento verbal”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, sem problemas. Eu estou acrescentando a colocação do vereador Fausto Niquini ao meu requerimento”. Requerimento aprovado por nove votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu requeiro que a Secretaria Municipal de Saúde tome providências com relação ao atendimento no laboratório de análises clínicas do município. E vou explicar o porquê: o laboratório fica em um espaço, infelizmente, muito pequeno. Eu tive a oportunidade, nessa segunda feira... Eu já tive várias reclamações com relação ao atendimento no laboratório, quando foi essa segunda-feira eu fui no laboratório para perceber o atendimento. Estava chovendo, o espaço realmente é minúsculo, as pessoas não têm como ser atendidas ali com qualidade, todo mundo do lado de fora, de sombrinha, molhando, senhoras de idade. Uma senhora que chegou lá às cinco e meia da manhã, eu estive lá por volta de oito e pouca, ela falou comigo ‘Silvânio, eu estou aqui desde cinco e meia para ser atendida’. Ela estava sendo atendida por volta de oito e trinta, quer dizer, esperou três horas, às vezes, para fazer um exame de sangue, para colher um material ali. Então, o meu requerimento é para que o Secretário Municipal de Saúde tome uma providência e resolva de fato o atendimento especificamente naquele local ali. Muito obrigado, Senhor Presidente”. O vereador Leci Alves Campos: “só para



ilustrar o seu requerimento aí, eu não sei como é que funciona a questão de requerimentos anteriores, mas no ano passado eu fiz um requerimento aproveitando a saída da farmácia de lá, que ampliasse o laboratório, não é? E eu acho que isso não aconteceu, não é? Mas, realmente, continua a ideia de ampliar usando o espaço da farmácia”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “pode ser uma ótima saída, vereador”. Aprovado, nove votos. O vereador Flávio de Almeida: “eu tenho uma moção de aplausos e um requerimento. A moção de aplausos é para a Polícia Militar e para a Guarda Municipal por aumentar o efetivo da Região Nordeste, ou seja, aquela região de Bicalho ali. Eles estão aumentando o efetivo, não só da Polícia Militar como da Guarda e a viatura mantendo um sargento lá. Então, eu acho que isso, realmente, para a gente é significativo”. Aprovado, nove votos. O vereador Flávio de Almeida: “aproveitando o tema que é segurança; hoje, para minha surpresa, as UPS’s, aquela unidade portátil de segurança que a gente vê nos bairros e que é de uma utilidade para a Polícia Militar e para a Guarda Municipal e Polícia Civil fora do comum, aquelas maquininhas têm combatido realmente o crime nessa cidade. Aonde coloca, mil metros nas quatro direções, realmente a polícia consegue ter o controle. Hoje para susto, eu fiquei sabendo que avisaram para a empresa que o contrato terminou e que é para o dono da empresa recolher essas máquinas. Eu acho que deve cortar sim, você deve cortar em qualquer lugar, mas na área da saúde, educação e segurança, a gente não corta nada, a gente acrescenta. Segurança, você vai mexendo todo dia, o combate que o policial e que o guarda têm já é pouco, então quando você tira uma máquina dessa da rua vira uma bagunça fora do comum. Quando você fala que o contrato acabou é um pouco pior, se



acabou é porque não teve uma licitação, se não teve uma licitação, por quê? Porque, hoje, a desculpa que se deu é que não teve a licitação, mas eles estão fazendo a licitação tem um ano? Isso para a segurança pública, hoje, para mim que ouço a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Guarda Municipal, é um prejuízo para essa cidade fora do comum. Só para o Senhor ter ideia, só de ventilar que eles vão retirar, hoje nós já tivemos assalto aonde essas câmeras estariam, estão lá hoje desligadas. Nós já tivemos já, Seis Pistas, Bicalho, Savassinha e vai por aí afora. Aí, a pergunta é se a gente passa dificuldade, normal, eu tenho dito que o governo está em dificuldade, mas não se corta em alguns lugares de jeito nenhum. Isso aí em qualquer administração não se faz de forma nenhuma. Amanhã, quando essa cidade acordar e ver essas câmeras sendo tiradas, imagina como que a bandidagem vai ficar nessa cidade. Se já está solto, se já está matando aqui em baixo, imagina nesses bairros que são mais distantes. Aí alguém vai falar assim 'ah, o Estado está colocando algumas câmeras'. Estão sim, no centro da cidade, porque o Estado não está preocupado com os bairros mais longes não. Nós que temos que preocupar. Se a gente que tem que preocupar, a gente permite um ato desse. Aí eu pergunto, a gente tem que aceitar isso mesmo? O requerimento, Senhor Presidente, é em qual sentido? É que os Secretários responsáveis por essas pastas, porque não é só uma pasta, não. Porque o Secretário de Segurança, ele só informou, porque o outro Secretário disse que não tem como mais, sem a licitação. Aí, que eles expliquem para esta Casa como que eles conseguem cortar exatamente na segurança. Onde a gente já entra para casa assustado, onde antes de entrar em casa você tem que fazer uma volta no quarteirão para você entrar na sua casa. Aí você corta exatamente



isso? Quando corta isso, não está cortando de quem realmente precisa, do empresário, do rico, está cortando exatamente dos bairros mais distantes, Jardim Canadá, Santa Rita, Bicalho e vai por aí fora. Então, Senhor Presidente, que eles expliquem para esta Casa como que com um ano não conseguiram fazer. Espero que a explicação não seja a mesma do IPTU, não é? Estão tentando colocar o IPTU na rua. Então, Senhor Presidente, o meu requerimento é que as pastas responsáveis porque não é só... O Secretário de Segurança está só informando, ele recebeu a mensagem, ele informou. Que os Secretários informem para esta Casa como que eles conseguem cortar exatamente no tema segurança. Obrigado”. O Senhor Presidente: “vereador, é o Olho Vivo? É a operação no Olho Vivo?”. O vereador Flávio de Almeida: “não, é porque são duas coisas. O Olho Vivo é aquele do Estado, que é programa do Estado, é o que eles estão instalando na Rua Santa Cruz. E o nosso são aquelas câmeras portáteis, aquelas que se o Senhor tiver um problema em um bairro e hoje a polícia precisar, leva para lá. São móveis”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é o Olho Vivo móvel, não é”. O vereador Flávio de Almeida: “é o móvel”. O Senhor Presidente: “eu, atendendo a um pedido da Polícia Militar, não sei se é o mesmo caso, mas creio que sim, a Câmara cedeu dois estagiários esta semana para a Polícia Militar para trabalhar exatamente, dar assistência, não é?”. O vereador Flávio de Almeida: “é porque são duas coisas diferentes. Esse estagiário é para eles manterem aquele serviço que o Estado está fazendo, que é na Rua Santa Cruz, do Olho Vivo, esse sistema que só atende aqui. O outro são essas câmeras móveis que o Senhor vê na Praça, na Praça do Mineiro, na Savassinha, na Albertina Lopes. Esses que realmente são úteis para a nossa população,



esses são importantes demais para a nossa população. São esses aí que o contrato acabou. Nós não podemos depois aceitar, dizendo que esse que o Estado está trazendo vai resolver o nosso problema porque é mentira”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o vereador Flávio está falando porque o Estado começou a colocar agora, inclusive a Emive, aquelas câmeras. E o que o Senhor cedeu foi para fiscalizar essas câmeras da Emive. Não é isso? E essas que o Senhor está ressaltando aí, do Olho Vivo, além de... que é o móvel, ainda tem as questões de quando tem algum tipo de cerimônia, alguma coisa que aglutina muita gente como festas, jogos, carnaval. Essas câmeras, elas... A outra não faz o serviço que elas fazem. Não faz. São duas coisas distintas. Pode tentar usar uma para justificar o corte da outra, mas o que uma faz, o que esse móvel faz, a outra não faz”. O vereador Flávio de Almeida: “não faz”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “e o que a outra faz, o móvel pode fazer. É mais ou menos isso daí. São duas coisas diferentes. Então, com certeza, eu concordo com o requerimento do senhor”. O vereador Flávio de Almeida: “obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador Flávio, eu vou votar nesse requerimento com o senhor e voto aqui, infelizmente, com muita tristeza, não é? Porque, realmente, eu tenho a experiência do Bela Fama que tinha, pelo menos, um assalto a cada semana naquele supermercado. Aliás, o supermercado fechou com o mote de que não daria para ficar ali porque tem muito assalto naquele local. E diminuiu muito, mas muito mesmo depois que colocaram, eu sempre chamei esse projeto e agora eu entendo, chamei de Olho Vivo, inclusive em coisa que a gente faz aí, coloca Olho Vivo. Mas, realmente, cortar essas câmeras... Eu não estou questionando aqui o contrato com a empresa A ou B, não



importa que empresa que vai ser. Agora, questionar a existência ou a permanência desse projeto nos bairros aí, eu acho... A gente vê a cultura se manifestar, a população tem que se manifestar nesse sentido também. Nós não podemos aceitar de maneira nenhuma que se corte isso aí, porque para a população isso é extremamente importante e justamente como o senhor disse, justamente nos bairros mais pobres, Santa Rita tem, Cruzeiro tem que eu sei, lá no Bela Fama tem. Então, eu penso que realmente nós não podemos aceitar de maneira nenhuma... Eu não estou questionando o contrato com a empresa, não sei que empresa que deve ser, mas que realmente nós temos aqui que defender o projeto, isso aí não tem nem que ver”. Requerimento aprovado por nove votos. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu vou ler o requerimento, é evidente que ele está redigido, mas ele é verbal porque não deu tempo de protocolar na Casa. Nova Lima, 24 de março de 2015. À Mesa Diretora da Câmara Municipal de Nova Lima. Nélio Aurélio de Souza, vereador que o presente instrumento subscreve, postula de V. Exa., após ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, os termos da presente indicação para que a Prefeitura Municipal faça por atender aos moradores da Avenida Canadá, próximo ao nº 323 e também Rua Benson, 173 e Rua Búfalo, 577 no Bairro Jardim Canadá, com a colocação de quebra-molas. Justificativa: Fundamenta a presente indicação o fato de que os moradores são muito prejudicados devido à insegurança no trânsito local e alguns acidentes provocados por inconsequentes. Com base no exposto urge recorrer ao Executivo municipal a fineza de, em tempo hábil, consolidar a questão. Nélio Aurélio de Souza. Vereador, se a Sua Excelência quiser assinar, com toda minha... Eu estou pedindo que seria interessante,



até para fortalecer o requerimento porque a Avenida Canadá, a Sua Excelência sabe que ela é muito larga, não é isso? E ali estão fazendo cavalo de pau. Tem o número 323, a pessoa foi exclusivamente lá me pedir porque vai morrer alguém, e estão fazendo com moto, com tudo. Então, resumindo, é a área de Sua Excelência também, se puder assinar, eu ficava muito grato por isso”. O vereador Flávio de Almeida: “vou assinar”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o requerimento é baseado nisso. Inclusive, amanhã de manhã, eu vou estar aqui às onze horas, vou ficar até meio dia e encaminho para o prefeito. Se Sua Excelência quiser ajudar, encaminha logo para o Secretário de Trânsito porque isso é necessidade, a Sua Excelência sabe disso, o que é a Avenida Canadá”. O vereador Flávio de Almeida: “está certo”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “obrigado”. Aprovado, nove votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, requerimento verbal. É que esta Casa marque uma audiência pública para resolver essa questão dos taxistas, como a gente colocou na discussão do requerimento do vereador Silvânio. Depois que o Senhor falou, realmente tinha razão, que depois que eu fiquei buscando o teor, que discutiu muita coisa em relação ao seu requerimento que era a questão dos adesivos, não é? Então, é que se faça uma audiência pública, convoque o Secretário de Transportes da cidade. A Promotora, no caso, não seria o caso, seria a minha ideia que essa audiência seja marcada após essa conversa tanto do vereador, como a resposta que o senhor tem ao seu ofício encaminhado ao Ministério Público. Mas que já fique aqui aprovada a audiência pública para discutir esse caso a gente decidir”. Aprovado, nove votos. No Grande Expediente, o vereador Nélio Aurélio de Souza falou: “Senhor Presidente, eu não vou levar nem cinco minutos ou menos. Eu



não vou fazer requerimento a respeito disso porque eu vou primeiro comunicar ao prefeito, se acaso ele não tomar providências, daqui duas ou três semanas eu faço o requerimento. O município está com um problema muito sério de caixa, de dinheiro. Eu estava fazendo uma pesquisa de IPTU, é evidente que isso não atinge o dentro de Nova Lima e adjacências, nesses lugares de baixa construção, atinge mais alto padrão de construção. Só para ter ideia, vereador, um apartamento de cento e cinquenta metros em Belo Horizonte, no Belvedere, é cobrado sete mil e oitocentos reais por ano. O mesmo apartamento, da mesma qualidade de padrão, paga-se mil e duzentos em Nova Lima. Então, ele precisa fazer urgentemente, principalmente no alto padrão, um estudo para não chegar em dezembro, vem aquele pacote para cá e acaba que o município sai lesado porque isso é ser lesado. Isso aqui é bem claro, isso não serve para baixa construção, é de padrão alto. A diferença é muito grande, de sete mil e oitocentos e mil e duzentos. Concorda comigo? Então, isso aqui eu vou levar para ele amanhã, vou pedir que ele faça esse estudo porque senão chega em novembro, chega aqui o pacote, todos nós sabemos como é que ele chega aqui, prontinho para votar e para não dar nem tempo de fazer um estudo. Ele tem que contratar ou se não vai contratar, que ponha as pessoas lá da Secretaria de Tributação para fazer um levantamento ou fazer uma pesquisa disso. É muito fácil. É só ir na prefeitura de Belo Horizonte que ele vai saber o padrão de construção qual que é. Vai atingir mais os padrões de alto escalão e mais ou menos um do médio alto. Praticamente os padrões inferiores não vão atingir. Essa é uma recomendação que eu estou fazendo ao Executivo. E o outro, o vereador já falou aqui, a respeito da Copasa e de Fechos. É evidente que vai chegar o momento de fazer uma



Audiência aí e eu estou atrás de documento porque eu tive uma informação que a Copasa, ela não é dona de Fechos e muito menos a Vale, ela só usa Fechos há muito tempo para aquela questão da água ali, que eu acho de fundamental importância para Nova Lima, apesar de que vai um monte pra Belo Horizonte. Não tem problema. Mas ela cercou ali e ali, para ela trocar isso com a Vale, que eu fiquei sabendo que ela trocou isso com a Vale sem desafetar as vias públicas que estão lá dentro. Trocou com a Vale, a Vale bombeia água para Belo Horizonte de outro lugar. Estou tentando levantar isso, mas estou com dificuldades. Aí caracteriza exatamente uma arbitrariedade, principalmente com esta Casa porque lá tem rua, via pública, tem que desafetar. Aí vem, a Sua Excelência estava lá no dia, viu o que eu falei para aquele senhor da Copasa: ‘você não cumprem nada com o município, agora vocês vêm aqui querendo pegar esse morro’. Aquele morro. Os oportunistas estavam de plantão. É evidente que naquela cerca, que Sua Excelência estava lá, só estava você de vereador, não é? Ou não? Tinha mais? A cerca já cercou há muito tempo. Da cerca, digamos, para a esquerda, que é em direção ao túnel, é um morro, Sua Excelência conhece. Ali não tem uma nascente, ali não tem uma árvore, é um serrado baixo. Estou certo ou estou errado? Os plantões... ‘Não, isso aqui tem amortecimento’. Amortecimento é amortecedor de carro. Amortecer o que ali? Ali é uma área caríssima que o município tem que pleitear e lutar para vim para a mão do município, porque aquilo ali pode ser feito muito benefício financeiro para o município de Nova Lima. Agora, se a Copasa fez essa troca sem desafetar aquelas vias públicas... É evidente que ali nós não vamos pleitear daquela cerca para lá, vereador, porque ali já tem árvore, já está tudo definido e nós vimos lá e ali tem um



problema ecológico, é uma nascente, que têm várias ali. Mas os trâmites da lei têm que ser seguidos, ela teria que desafetar isso, que está no nome da prefeitura de Belo Horizonte. Agora, nunca ela poderá trocar com a Vale e fazer do jeito que eles querem. Então, eu estou com muita dificuldade de pegar esse documento, mas eu estou trabalhando. Se eu não conseguir isso dentro de uma semana, até foi bom a Sua Excelência adiar essa Audiência porque para a gente chegar nisso. É só lembrar isso aí”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____